



Nº 1165 - Semanal  
0,50 €

1 Agosto 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

**REGULAMENTO PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS  
E REGIMENTO DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO**

▶ Páginas 9/12

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva  
Internet [www.partido-socialista.pt/accao](http://www.partido-socialista.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

## EM DEFESA DOS JOVENS



O PS e a JS lançaram esta semana uma petição com vista à recolha de 100 mil assinaturas para a reposição do crédito bonificado à habitação. Trata-se de uma iniciativa da mais elementar justiça contra a cegueira economicista do Governo, uma vez que estão em causa milhares de jovens e famílias de fracos rendimentos que, com a actual legislação, se vêm impedidos de comprar casa própria e assim realizarem o sonho de uma vida.

▶ Página 3

### CONTAS PÚBLICAS

#### **PS NÃO É REFÉM DO DÉFICE**

▶ Página 5

### SINDICALISTAS SOCIALISTAS

#### **NOVO CÓDIGO DO TRABALHO É NEOLIBERALISMO PURO**

▶ Página 15

### SCUT'S

#### **SOCIALISTAS CONTRA PORTAGENS**

▶ Página 4

### ENTREVISTA A JOSÉ MAGALHÃES

#### **GOVERNO KO AO PRIMEIRO ROUND**

Os deputados socialistas não estão dispostos a sacrificar ideias para obter aliados. "Oposição dura" é, neste contexto, o que defende José Magalhães para travar os arremessos da maioria, o despesismo irresponsável e o populismo avulso.

Em entrevista ao "Acção Socialista", o vice-presidente do Grupo Socialista na Assembleia da República fala do estado de desgraça do Governo, das nossas iniciativas parlamentares e faz o elogio da excelência de uma bancada internamente flexível mas capaz de ter "mão de ferro nos debates mais duros".

▶ Página 7



# A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues e Jamila Madeira são os primeiros subscritores da petição pela reposição do crédito jovem bonificado, lançado na passada terça-feira em Lisboa. A campanha que vai decorrer ao longo de todo o Verão, tem em vista a recolha de 100 mil assinaturas, de forma a obrigar o Governo a repor o crédito bonificado à habitação.

Foi conhecido o relatório do Banco de Portugal sobre as contas do défice público. O Governo escolheu o valor que mais prejudica os interesses de Portugal.

O Secretariado Nacional do PS, reunido na segunda-feira, analisou detalhadamente o relatório do Banco de Portugal. Em conferência de Imprensa, Ferro Rodrigues recusou as acusações de despesismo e reiterou que os socialistas não são reféns do défice.

A Comissão Permanente da AR reuniu-se no passado dia 30 de Julho também para analisar o relatório do Banco de Portugal. Joel Hasse Ferreira, em nome da bancada socialista, defendeu um processo global de acompanhamento e controlo da despesa pública efectuado pela Assembleia da República e pelo Tribunal de Contas.

O anúncio do fim das SCUT's gerou uma onda de protestos generalizada por todo o País. Os autarcas socialistas directamente afectados por esta medida juntaram a sua voz à do secretário-geral do PS para defenderem a engenharia financeira prevista para as portagens virtuais.

Pela primeira vez em três anos a UGT e CGTP reuniram-se para analisar o anteprojecto do Código do Trabalho. Ambas as centrais sindicais rejeitaram na generalidade a proposta do Governo por considerarem que lesa os mais elementares direitos dos trabalhadores.

A Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialistas (ANA-PS) denunciou a "operação de marketing e entretenimento" que o Governo tem levado a cabo ao anunciar um "pomposo pacote de descentralização" que nada mais fez do que frustrar as expectativas geradas junto dos municípios.

Jorge Sampaio está em Brasília para participar nos trabalhos da CPLP que a partir de ontem passou a oito Estados-membros com a adesão de Timor-Leste.

## QUATRO MESES... DE DORES

ANTOONIO COLAÇO

### NOVAS PORTAGENS

"É uma questão que só em 2017 será colocada. Até lá fica tudo como está!"  
 Durão Barroso, *CM*, 14/03/02

**Durão** - Paulo, desculpa interromper-te as férias mas ao fim destes quatro meses aumentaram as **dores** por mais uma falsa promessa e adivinho um parto difícil!

**Paulo** - Deixa lá Zé, tal como tu também já sinto suores com o que o Monteiro irá dizer da Moderna! Tem calma e aproveita as férias para repousares.



**O facto de Portugal ser o país da União Europeia onde é mais caro o custo de vida não colhe junto dos economistas do Governo que cada dia descobrem novas formas de agravar as dificuldades das portuguesas, designadamente dos mais desfavorecidos, e dos que habitam o interior do País. Neste afã, o Governo volta a revelar a sua obsessão por sacar mais dinheiro aos portugueses sem nada lhes dar em troca.**

EDITORIAL

# JURAS FALSAS

Acintosamente o Governo não cumpre uma única promessa eleitoral. A três dias das eleições, Durão Barroso garantia que não seriam introduzidas portagens nas auto-estradas sem custos para os utentes, pelo menos até 2017, e agora ficamos todos a saber que esta era mais uma mentira a juntar-se ao rol. No imediato, vão ter portagens o IP 2, o IP3, o IP 6, a IC 24, a CREL e a Via do Infante, segundo declarações do ministro das Obras Públicas, por gerarem uma “despesa incontrolável para o Estado”.

Depois da mentira, a falácia. Ao contrário do que afirma Valente de Oliveira, as SCUT's são um excelente negócio para as finanças públicas, uma vez que vão dar origem a um retorno fiscal superior ao seu custo.

Além de que a imposição das portagens onde não estavam previstas é que custará largos milhões de euros em novos investimentos e em indemnizações compensatórias para os concessionários. Há nesta decisão outro lado não despendido. É que além de ficarem por terra quaisquer “argumentos da descentralização e do carinho pelo interior” como sublinhou Ferro Rodrigues, estamos perante a criação de um novo imposto lançado sobre a forma de portagens. Por outro lado, a fragilidade do Governo nesta área revela-se ainda pelo facto de recusar a engenharia financeira prevista para as SCUT's e aproveitar-se dessa mesma engenharia para a construção de novos hospitais, o que significa a existência de dois pesos e duas medidas no critério de análise e decisão.

Criadas para resolver o a questão das acessibilidades rodoviárias da Beira Interior, de Trás-os-Montes, Alto Minho e Barlavento Algarvio, as SCUT's antecipam a conclusão destas vias entre dez a vinte anos e integram-se numa visão de desenvolvimento harmónico e equilibrado do todo nacional.

No dia-a-dia são as pessoas, são sempre as pessoas, que vão sentir nos bolsos os efeitos perversos desta política. O facto de Portugal ser o país da União Europeia onde é mais caro o custo de vida

não colhe junto dos economistas do Governo que cada dia descobrem novas formas de agravar as dificuldades das portuguesas, designadamente dos mais desfavorecidos, e dos que habitam o interior do País. Neste afã, o Governo volta a revelar a sua obsessão por sacar mais dinheiro aos portugueses sem nada lhes dar em troca.

Uma nota para referir que foi aberta ao público a auto-estrada do Sul, mais uma grande obra levada a bom termo pela acção dos governos do PS, e que desde ontem já se pode circular no troço que ainda faltava na auto-estrada de ligação entre a Figueira da Foz e Coimbra. Se no primeiro caso se justifica ausência de inauguração formal, dados os fatídicos acontecimentos registados no dia da abertura, já não é aceitável que se tente fazer passar despercebida a construção do último troço da A 14. Omitindo todas as realizações deixadas pelo PS, eles assim ficam contentes por poderem continuar a falar da “pesada herança” e sobretudo do défice.



SILVINO GOMES DA SILVA

*Silvino Gomes da Silva*

CRÉDITO BONIFICADO À HABITAÇÃO

# CARAVANA SOCIALISTA EM DEFESA DOS JOVENS

**O fim do crédito bonificado para aquisição de habitação é uma medida “drástica” que impedirá a realização do sonho de milhares de famílias jovens e de fracos recursos.**

**A sua implementação faz parte de uma estratégia meramente política com graves consequências para a economia nacional e que nem sequer serve os propósitos financeiros com os quais foi justificada.**

**Assim, o PS e a JS arrancaram terça-feira com a campanha “Queremos a nossa casa”, uma iniciativa conjunta que pretende recolher “pelo menos, cem mil assinaturas” com a finalidade de suspender mais uma “trapalhada” governativa.**



Acabar com a bonificação do crédito à habitação foi “um sério erro e uma grande injustiça”, afirmou Ferro Rodrigues, na conferência de Imprensa em que, com Jamila Madeira, assinou a petição para reposição deste benefício social. Segundo o líder socialista, o fim do crédito bonificado para aquisição de casa própria é uma medida “absolutamente desprezível em termos financeiros, errada do ponto de vista económico e injusta do ponto de vista social”, pelo que “deve merecer uma grande mobilização no

sentido de ser corrigida”. O secretário-geral do PS referiu que a decisão do Governo PSD/PP vai permitir apenas uma poupança de 50 milhões de euros até 2004, quando o PIB (Produto Interno Bruto) rondar os 125 mil milhões de euros. Ferro explicou também que a actual decisão afecta cerca de “70 mil famílias jovens de baixos recursos”.

“Pensamos que esta medida não é irreversível”, disse, defendendo uma bonificação “com rigor, controlo e uma intensificação no combate à fraude”.

O secretário-geral do PS acusou ainda o Executivo de direita de ter eleito os jovens como “o principal alvo social” da sua política, e referiu os exemplos

do fim do crédito bonificado, a revisão dos honorários pagos aos advogados officiosos os “despedimentos maciços” na Função Pública e a subida da idade mínima para se poder beneficiar do Rendimento Social de Inserção.

Mobilização geral

Por sua vez, a líder da Juventude Socialista chamou a atenção para o facto da medida ter somente repercussões políticas, já que a poupança do Estado só se fará sentir em 2010, quando “já tiver passado a crise orçamental” em nome da qual o Governo avança com a medida.

“Contrariamente ao que se passa na maioria dos países da União Europeia, Portugal abolirá

totalmente, a 30 de Setembro de 2002 o apoio à aquisição da primeira habitação de que os portugueses dispunham desde 1976”, lembrou a líder da JS, salientando que esta medida não fora anunciada durante a campanha eleitoral, “nem representa qualquer economia para este ano”.

Segundo Jamila, o Executivo escudou-se na utilização fraudulenta para justificar um corte de benefícios fiscais a juros de crédito em detrimento do reforço da fiscalização, “tratando, assim, injustamente, de igual forma, cumpridores e infractores”.

Para a secretária-geral da “jota”, o fim do crédito bonificado é “uma medida que não se entende” e, por isso, os socialistas vão para o terreno, durante as férias, lutar pela reposição do regime em causa através de uma petição e diversas medidas posteriormente articuladas tanto a nível do Parlamento como de outras instituições.

Entretanto, anunciou Jamila Madeira, «uma caravana vai percorrer todo o País e vai procurar mobilizar todos os portugueses, jovens e menos jovens, para uma causa que consideramos da mais elementar justiça, da mais elementar necessidade».

Coordenada pela parte do PS por Jorge Coelho, a campanha culminará com uma grande Convenção Nacional a realizar-se no dia 30 de Setembro.

Para ficar a conhecer o texto da petição pode visitar o site [www.juventudesocialista.org](http://www.juventudesocialista.org). E, se pretender assiná-lo, dirija-se às sedes do partido ou da “jota”, bem como à própria caravana (ver contracapa).

MARY RODRIGUES

## SOCIALISTAS CONTRA PORTAGENS NAS SCUT'S

"Mais uma vez ficam desmentidos os argumentos da descentralização e do carinho pelo interior", afirmou Ferro Rodrigues para quem o Governo tem dois pesos e duas medidas, pois, por um lado, recusa a engenharia financeira prevista para as Scut's, e por outro, aplica-a na área da Saúde, nomeadamente na construção de novos hospitais.

Também o deputado socialista José Junqueiro reagiu à intenção do ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação de cobrar portagens em algumas vias de comunicação do País, nomeadamente na Via do Infante, IP3, na Costa da Prata, na Beira Interior e no IC24, acusando o Governo, de com esta medida estar a criar novos impostos.

"Este é, claramente, um novo imposto lançado sobre a forma de portagens. No que respeita às populações sobrecarregadas pelos transportes, no Grande Porto, ou às regiões desfavorecidas, em que se pretende lançar portagem, é fraudar as expectativas legitimamente criadas às pessoas", diz Junqueiro.

O deputado socialista acrescenta ainda que "os impostos foram canalizados para uma rede viária para servir os portugueses. O sr. ministro não sabe qual é a solução ao dizer que vai discriminar positivamente os habitantes de uma certa zona, pois não passa de uma falácia para tentar diminuir ou aniquilar qualquer reacção das pessoas"

Entretanto os socialistas do Algarve manifestaram-se contra as intenções de Valente de Oliveira pela voz de José Apolinário, que afirmou que "apoiará todas as iniciativas legítimas contra a cobrança de portagens na Via do Infante, incluindo o boicote à estrada por



parte dos cidadãos".

O líder do PS/Algarve recordou, em conferência de Imprensa que "quando foi construída a primeira fase da Via do Infante foi definido desde logo que não teria portagens, isso foi assumido por um membro do Governo da altura, de que fazia parte o actual ministro Valente de Oliveira." O dirigente socialista sublinhou também que a EN125, conhecida pelos seus altos níveis de sinistralidade, "não é uma alternativa digna desse nome em relação à Via do Infante".

Júlio Barroso, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Lagos e da Associação Municipal Terras do Infante, enviou uma carta

dirigida ao ministro das Obras Públicas onde deixa bem claro, o seu "desagrado" perante o futuro pagamento de portagens na Via do Infante, esperando que Valente de Oliveira "pondere melhor" a sua anunciada decisão.

Ainda sobre o anúncio do pagamento de portagens nas SCUT's, o PS/Aveiro considerou "grave" que o Governo tome uma medida destas, ao mesmo tempo que confessa desconhecer quanto é que poupa com isso. "A declaração não é mais do que a confissão do desnorte e da incompetência", afirmou o dirigente socialista Filipe Neto Brandão, acrescentando que o sistema de portagens virtuais lançado por João

Cravinho deve continuar, "já que existem estudos indicando claramente que o Estado beneficiará fiscalmente, a prazo, dessa política".

Narciso Miranda também não ficou indiferente à decisão do ministro das Obras Públicas, de acabar com as vias sem portagens, classificando-a de "um erro", tanto mais quando se tratam de "vias de carácter regional", como é caso do IC24. O autarca de Matosinhos recorda que "o IC24 é uma via estruturante, fundamental para o Norte e muito relevante para entrar no Porto. De facto, para colocar portagens nestas vias estruturantes é preciso construir alternativas para corresponder ao tráfego que acaba por ser desmotivado de utilizar essas vias".

"Estamos dispostos a esgotar todos os meios legais ao nosso alcance para evitar que isso aconteça e não está fora de hipótese a realização de manifestações mais mediáticas", foi desta forma que reagiu ao anúncio do ministro Valente de Oliveira de acabar com as Scut's do Norte Litoral, o presidente da Associação de Municípios do Vale do Minho, Rui Solheiro. "Como se pode falar em desenvolvimento equilibrado do País quando agora se vem retirar a uma região tão carenciada como o Alto Minho um direito adquirido desta dimensão e importância", acrescenta o autarca socialista de Melgaco.

Em relação ao pagamento de portagens na CREL, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Carlos Teixeira afirmou que "não devem ser os utilizadores locais a pagar". O autarca socialista considerou também que é "prematureto estar a falar-se em portagens quando parte das infra-estruturas de base" que servem o seu município "não estão concluídas".

### FERRO RODRIGUES AO "CM"

## GOVERNO TRANSFORMOU CRISE ORÇAMENTAL EM CRISE ECONÓMICA

**Ferro Rodrigues responsabiliza o Executivo de Durão Barroso por ter transformado uma crise orçamental em crise económica e instalado o medo entre os trabalhadores. Em entrevista ao "Correio da Manhã", o secretário-geral do PS diz que há um problema de produtividade que não deriva da legislação laboral, mas sim da organização das empresas, e manifesta-se totalmente contra uma modificação radical das relações de trabalho.**

**Reafirma que Guterres é o "candidato natural" do PS a Belém e considera que "não fazem sentido" as críticas de alguns socialistas a Sampaio.**

Na entrevista, Ferro Rodrigues faz críticas contundentes à política do Governo em várias áreas, acusando-o de ter feito uma gestão dos dossiers "tão aventureira que só agrava a tensão social no País".

Referindo que a transformação da crise orçamental em crise económica "é inteiramente da responsabilidade do Governo", o líder dos socialistas disse que era possível ter gerido uma situação de dificuldade "mantendo a confiança do País, das empresas e das famílias e ainda um certo nível de consumo".

Mas, segundo Ferro Rodrigues, "o que o Governo fez foi exagerar de tal forma o diagnóstico, procurando dar a ideia de que já estávamos numa crise económica, que acabou por gerar um ambiente altamente recessivo".

Quanto às propaladas reformas do Governo, o secretário-geral do PS referiu que para já "só temos palavras", explicando que "as leis ainda vão ter de ser aprovadas no Parlamento". Além disso, explicou, "se forem aprovadas não são sinónimo de reformas", sublinhando que "esta

ideia de tentar vender a imagem de um Governo com grande capacidade reformadora é completamente falsa".

Para o líder do PS, "há um grande contraste entre um Governo que em três meses conseguiu incompatibilizar-se com a generalidade da opinião pública; e outro que governou no sentido de procurar evitar que houvesse grandes sacrifícios para a população portuguesa".

O Rendimento Mínimo Garantido foi um dos temas abordados na entrevista, tendo Ferro Rodrigues salientando que esta medida manteve-se no essencial. "Mudou-se o nome e mais nada", disse, explicando que apenas houve uma restrição, feita com "intuítos um pouco farisaicos", que afecta 0,05 por cento dos beneficiários.

"Mesmo o Governo mais à direita que houve em Portugal não teve capacidade para pôr em causa uma das realizações mais importantes do governo mais à esquerda que houve em Portugal", afirmou.

Por outro lado, o líder do PS considera que a questão da produtividade, "uma mistificação

total", não deriva da legislação laboral, mas sim da "deficiente capacidade organizativa e da incapacidade de formação de formação e acção da maior parte dos patrões portugueses, que nem empresários são".

Quanto ao absentismo, Ferro Rodrigues condenou-o veementemente e lembrou que no Governo do PS lutou contra as baixas fraudulentas, com resultados concretos. Não se pode é, na sua opinião, fazer do combate ao absentismo a base para "uma modificação radical das relações de trabalho em Portugal", que tem como único objectivo "acabar com toda e qualquer cidadania dos trabalhadores na empresa e com a força do movimento sindical", no quadro de "uma ofensiva de direita sobre estes direitos". Ferro Rodrigues refere ainda que tem como objectivo "renovar o partido e torná-lo mais presente na sociedade", reafirma que Guterres "é o candidato natural do PS" nas presidenciais e que "não fazem sentido" críticas dos socialistas a Jorge Sampaio.

J. C. CASTELO BRANCO

CONTAS PÚBLICAS

# PS NÃO É REFÉM DO DÉFICE

**Ferro Rodrigues recusou categoricamente as acusações de despesismo do anterior governo socialista. Fê-lo numa conferência de Imprensa em que deixou bem vinda a posição do PS face ao relatório do Banco de Portugal e as opções tomadas pelo Executivo de Durão Barroso. Assumindo todas as responsabilidades pela execução orçamental de 2001, "que não correu bem", o secretário-geral do PS não aceita "ficar refém dos números".**

"Continuaremos a bater-nos contra todas as atitudes que possam transformar uma crise financeira numa crise económica", reiterou Ferro Rodrigues, para quem a principal responsabilidade da oposição é "defender Portugal e os portugueses".

Segundo o secretário-geral do Partido Socialista, o alegado despesismo dos governos do PS "foi desmentido" no relatório da comissão presidida por Vítor Constâncio (governador do Banco de Portugal), que estabeleceu dois valores para o défice do ano passado - a saber 3,5 ou 4,1 por cento -, e no qual se verifica que não houve aumento de despesas, mas sim quebra na receita.

O líder socialista reconheceu que "as coisas correram mal" em matéria de execução orçamental, porque, assumiu: "Falhámos na previsão das receitas, dos impostos directos e indirectos e não levámos em linha de conta as baixas do IRS e do IRC e o descalabro da economia em 2001".



Segundo o secretário-geral, a responsabilidade da derrapagem é, no partido, "colectiva", pelo que "não vai haver nenhuma responsabilização deste ou daquele ministro."

Ferro voltou a defender que Portugal deveria ter-se batido na União Europeia pelo valor dos

3,5 do PIB (Produto Interno Bruto) e não pelos 4,1, como o Executivo de Durão Barroso fez.

"Somos contra a opção feita", reiterou, considerando que "ao escolher o défice mais elevado, o Governo não prestou um bom serviço ao País".

Por isso, "os socialistas não se responsabilizam por eventuais sanções que Portugal possa vir a sofrer por parte de Bruxelas, uma vez que Durão Barroso optou por um défice elevado".

Todavia, porque é o interesse do País que está em causa, Ferro afirmou que o PS está "disponível para apoiar, em Bruxelas, o Governo português no combate a quaisquer medidas de sanção a Portugal, que são pedidas por grandes potências que, por vezes, utilizam métodos de maquilhagem contabilística".

Estas declarações foram proferidas por Ferro Rodrigues numa conferência de Imprensa organizada pelo PS para dar a conhecer as conclusões do Secretariado Nacional, que se reuniu, terça-feira, na sede do Largo do Rato, com o objectivo de avaliar o relatório da comissão para analisar o défice do ano passado.

Mas, numa primeira reacção tornada pública logo na quinta-feira, dia em que foi conhecido o relatório do Banco de Portugal, Ferro Rodrigues lamentou profundamente que a ministra das Finanças "não tenha explicado como deveria que o défice público para 2001 é de 3,5 por cento do PIB".

Por outro lado, no final da reunião do Secretariado Nacional, questionado pelos jornalistas sobre as relações entre os socialistas e Jorge Sampaio, o secretário-geral afirmou-se como o "interlocutor autorizado" do partido no diálogo deste com o chefe de Estado, dando assim claras indicações de que não está disposto a arremetidas extemporâneas, numa alusão explícita às declarações proferidas por dirigentes do PS/Porto, no final da reunião do secretariado da federação portuguesa.

"Queremos que o Presidente da República continue a ter a magistratura de influência que tem tido na resolução dos problemas do País", garantiu.

MARY RODRIGUES

COMISSÃO PERMANENTE DA AR

# JOEL HASSE FERREIRA DEFENDE MELHOR CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Joel Hasse Ferreira assegurou que o PS "não terá na oposição o comportamento que outros tiveram, procurando frequentemente, de forma desequilibrada, aumentar a despesa pública", defendendo um "processo global de acompanhamento e controlo da despesa pública efectuado pela Assembleia da República (AR) e pelo Tribunal de Contas, em ligação com os sistemas de controlo do Governo e da Assembleia da República".

"Neste trabalho conjunto, para um melhor controlo da execução orçamental, no seguimento de propostas apresentadas pelos deputados socialistas e já aprovadas em boa

parte, o PS continuará a adoptar uma atitude altamente responsável", disse, adiantando que "continuaremos firmes na defesa das nossas causas sociais e políticas. Não podem ser essencialmente os desfavorecidos a arcar com as dificuldades da situação orçamental. As dificuldades terão de ser repartidas de forma equitativa".

O deputado socialista, que falava na Comissão Permanente da AR, convocada para se debater o relatório do Banco de Portugal sobre o défice público em 2001, disse estar consciente de que o anterior Governo "não acertou na previsão orçamental de receitas

feita para 2001", sublinhando, no entanto, que "não foi o despesismo repetido à exaustão pelos propagandistas do PSD que esteve em causa, mas sim a quebra das receitas, que teve a ver não só com o abrandamento da economia sentido em 2001, mas também com o impacto económico do 11 de Setembro".

## Governo baixou os braços

Na sua intervenção, Joel Hasse Ferreira não deixou de notar que "o actual Governo, na relevante questão do critério dos 'accruals'

(incobráveis), não só baixou os braços, não só baixou a bandeira, como adoptou publicamente o ponto de vista mais desfavorável a Portugal".

Outros governos europeus, recém-chegados ao poder, disse, "souberam ultrapassar similares tentações, defendendo na esfera europeia, de forma mais adequada, as posições dos seus países".

O deputado do PS frisou ainda que Portugal foi "o único país em que as contas públicas foram submetidas, desta forma, ao escrutínio de um independente Banco Central".

J. C. B.

## DESCENTRALIZAÇÃO

# OPERAÇÃO DE MARKETING DO GOVERNO

O Governo gorou todas as expectativas por si criadas com anúncio pomposo de um "pacote da descentralização". As decisões tomadas, neste âmbito, em Conselho de Ministros da passada sexta-feira confirmam que, "afinal, a montanha pariu um rato".

Trata-se, segundo um comunicado da Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialista (ANA-PS) duma "operação de marketing e entretenimento" que frustra as expectativas daqueles que "estando mais perto, podem e sabem resolver os problemas dos cidadãos".

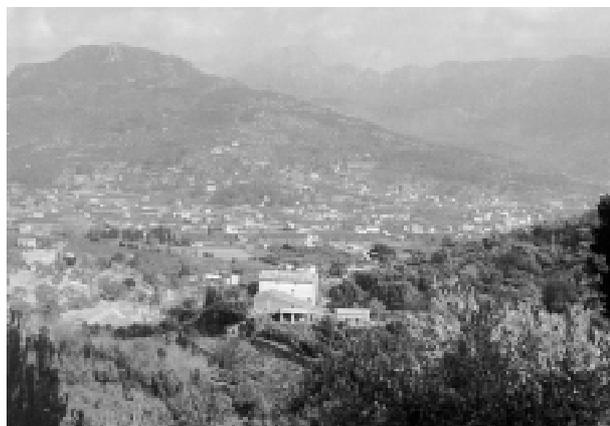
Apesar de congratular-se com a efectiva transferência para os municípios da competência de instalar centros de saúde, a ANA-PS manifesta "profundo desagrado" pelo facto de constatar que algumas das funções

alegadamente atribuídas às autarquias "serem já da sua competência", cintando-se a título exemplificativo a construção de jardins-de-infância e escolas do primeiro ciclo do ensino básico.

No comunicado assinado por Mesquita Machado, a ANA-PS reafirma ainda "total disponibilidade para colaborar num processo sério de descentralização", desde que este signifique "transferência de competências e, de igual forma, dos meios para as executar".

## Região-piloto do Algarve

Entretanto, o líder do PS/Algarve, José Apolinário, defendeu uma excepção em matéria de descentralização, com a criação de uma região-piloto do Algarve e o fim do princípio da



simultaneidade da criação de regiões.

"A par da área metropolitana de Lisboa e da área metropolitana do Porto deve haver a região-piloto do Algarve", disse, em conferência de Imprensa realizada em Faro, na passada segunda-feira.

Comentando a eventual criação de uma área metropolitana entre todos os municípios do litoral algarvio, Apolinário observou que essa solução, a ser adoptada, poderia acentuar

assimetrias entre o litoral e o interior da região. O líder dos socialistas algarvios criticou a eventual criação de duas comunidades urbanas na região, observando contudo que, caso não seja possível a região-piloto, então "não se deve descartar nenhuma possibilidade, incluindo a criação de uma área metropolitana do Algarve". O PS promoverá a partir de meados de Setembro um debate público sobre a matéria, envolvendo autarcas e "todas as forças políticas" da região.

## PESCAS

## FALTAM APOIOS NOVOS

Os novos apoios para as pescas, anunciados a semana passada pelo Governo, "não passam de um mero truque de magia". A denúncia foi feita, em Comunicado, pelo presidente do PS/Algarve.

"Não há novos apoios", frisa José Apolinário, explicando de seguida que a taxa de participação pública mantém-se, mas que para além dela, que já estava no limite, não há mais verbas comunitárias para as pescas.

Segundo o coordenador socialista da comissão parlamentar do sector, "a proeza do Executivo consiste em transmitir publicamente como novos apoios às pescas a antecipação de uma parte dos subsídios aos promotores privados

por parte do IFADAP.

Quanto ao Fundo de Garantia", Apolinário afirma tratar-se da regulamentação de apoios já negociados pelos governos do PS, e integrados no PO Pescas.

Por outro lado, o presidente dos socialistas algarvios saudou a diminuição dos prazos de decisão de construções e modernizações de embarcações, uma medida que o partido tinha defendido após a apresentação das propostas da Comissão Europeia de Revisão da Política Comum das Pescas.

Sobre o abate de embarcações, Apolinário desmente que os limites da nossa frota tenham sido ultrapassados nos últimos anos,



evidencia a "matriz populista" da medida de suspensão recentemente anunciada pelo Governo da maioria de direita e aponta a

diminuição de recursos como sendo "o principal problema das pescas".

M.R.

## SAMPAIO NA ÁUSTRIA

## INTERESSES E POSIÇÕES COMUNS FACE AO ALARGAMENTO

Jorge Sampaio sublinhou em Salzburgo, Áustria, a importância de a União Europeia (UE) apoiar o desenvolvimento económico de países terceiros para, a longo prazo, "neutralizar os fluxos migratórios".

O Presidente da República português falava no final da Cimeira dos Países Bálticos, um dos pontos altos da visita que efectuou à Áustria, numa conferência de Imprensa conjunta com os seus homólogos da Áustria,

Letónia, Estónia e Lituânia.

As questões relacionadas com a imigração ilegal, controlo de fronteiras, lavagem de dinheiro, tráfico de seres humanos e crime organizado dominaram os trabalhos da Cimeira, devido ao elevado grau de importância que têm actualmente para a segurança da UE e por os países bálticos serem candidatos ao alargamento.

Dirigindo-se aos seus homólogos bálticos,

Jorge Sampaio reiterou que Portugal é um "forte apoiante" das suas candidaturas de adesão à UE e à NATO.

Em relação à UE, Jorge Sampaio reafirmou que o alargamento representa uma das "maiores oportunidades" para reforçar a integração e a coesão internas, reformar as instituições comuns e encontrar soluções que preservem o princípio da igualdade entre todos os Estados. O reconhecimento de que há interesses e

posições de princípio comuns a defender entre países pequenos da UE, numa altura em que se prepara um alargamento do espaço comunitário, foi a chave para o êxito desta visita de Sampaio à Áustria, onde teve ainda oportunidade de assistir à cerimónia de abertura do Festival de Salzburgo. O Presidente Sampaio convidou ainda o seu homólogo austríaco Thomas Klestil para uma visita oficial a Portugal.

JOSÉ MAGALHÃES

# GOVERNO KO AO PRIMEIRO ROUND

Os deputados socialistas não estão dispostos a sacrificar ideias para obter aliados. "Oposição dura" é, neste contexto, o que defende José Magalhães para travar os arremessos da maioria, o despesismo irresponsável e o populismo avulso. Em entrevista ao "Acção Socialista", o vice-presidente do Grupo Socialista na Assembleia da República fala do estado de desgraça do Governo, das nossas iniciativas parlamentares e faz o elogio da excelência de uma bancada internamente flexível mas capaz de ter "mão de ferro nos debates mais duros".

## Que avaliação faz à capacidade de iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar?

Os leitores do "Acção Socialista" foram tendo ao longo destes meses uma boa informação sobre a nossa dinâmica legislativa. Coordeno a área muito consciente de que é vedado ao PS atirar ao vento propostas de ocasião, mal estudadas ou escritas ao arrepio da História e das responsabilidades do partido. Passando do Governo à oposição não nos tornámos fautores do despesismo irresponsável ou do populismo avulso. A coligação desdiz o que prometeu, com uma facilidade que gera cepticismo e descrédito. A nossa volumosa e sortida carteira de iniciativas capricha em honrar os compromissos eleitorais. É coisa limpa, saudável e ampliável.

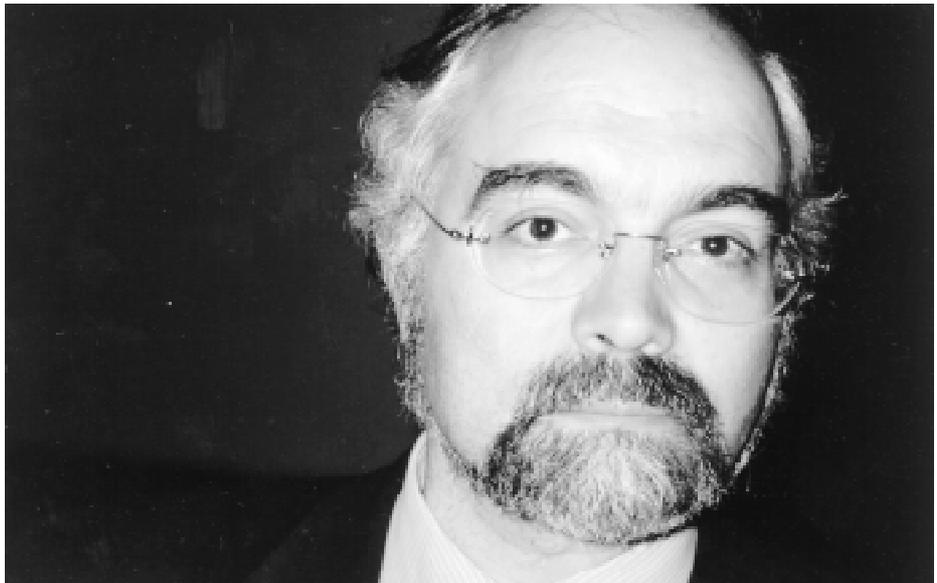
## Como reage à crítica de que a bancada se tem pautado por numa posição sobretudo defensiva?

Em 17 de Março o PS sofreu um derrota, honrosa mas derrota. É inevitável que os nossos adversários tentem retratar-nos como desprovidos de mérito e culpados de tudo. Temos obviamente de defender-nos dessa chusma de acusações. Mas passámos ao ataque bem mais cedo do que se julgava possível. Com o Governo em estado de desgraça ao primeiro round, pudemos ao fim de três meses adoptar uma postura que normalmente só é plausível ao fim de três anos...

## Há algum fundamento sobre os rumores que correram no início da legislatura dando conta de algum mal-estar por parte de certos deputados por não concordarem com a estratégia seguida pela Direcção do Grupo?

Nunca houve divergências de estratégia. Depois destes meses de embate com o Governo os rumores são bastante agradáveis. A bancada socialista é capaz de ter mão de ferro nos debates mais duros e flexibilidade interna. Graças a isso, nada maculou a nossa imagem (e - coisa bem mais importante - a nossa consciência!). Compreendo que não sejam isentas de polémica as opções que tomámos quanto às pessoas, mas até nesse domínio julgo que podemos melhorar bastante...

## Quais as medidas que estão a ser encaradas pela Direcção no sentido de aproveitar ao máximo as capacidades de cada um dos nossos



## deputados de forma a otimizar o trabalho do Grupo?

A bancada é das mais excelentes que o PS alguma vez teve. Foi fácil seleccionar os nossos presidentes e coordenadores de comissões, não nos faltam oradores para sessões solenes e para o quotidiano parlamentar. Podemos fazer bastante mais na diversificação de protagonismo, mas nisso o PS tem uma boa tradição de competição: ninguém fica à espera que as coisas lhe caiam do céu e quando é preciso disputar, vai-se ao assunto sem pruridos. É esse o bom caminho.

## De que forma se faz sentir o peso da chamada "ditadura da maioria" no que respeita à condução dos trabalhos parlamentares e na definição dos agendamentos?

O PS já foi Governo e voltará a sê-lo, não deve comportar-se como se aspirasse a criar ambientes de ingovernabilidade. Sendo normal que a maioria exerça os seus direitos, sem ter pela frente chicana obstrutiva, o PS foi mais longe e deu consenso para debater propostas ainda não entregues, não agendou à força coisa alguma. Não quisemos desculpas nem alibis. Com isso ajudámos a que ficasse à vista a impreparação da coligação e os efeitos nefastos das medidas que não revelaram ao eleitorado e agora aplicam. Quando abusaram, vimos reconhecida a nossa razão no Tribunal Constitucional. Às tentativas de ditadura da maioria fazemos oposição dura.

## À arrogância da direita qual tem sido a resposta dos socialistas?

Socialista! Com isso ganha o PS e ganha o País, que em boa percentagem se reconhece nas nossas causas e sabe que o PS não é um partido que seja possível domesticar e pôr de castigo no canto da sala de aula da democracia. Orgulho-me especial-

mente da defesa coerente que temos feito das regras constitucionais que a direita ataca, na forma e na substância. As derrotas que infligimos nesse campo doem-lhes mais porque sabem que nunca daremos dois terços para desfigurar o regime.

## Além da arrogância e do não cumprimento das promessas eleitorais, a trapalhada e a impreparação têm sido as marcas mais salientes deste Governo. Acha que esta linha de desrespeito às leis e sobretudo à Constituição vai continuar?

Vai até agravar-se, como se verá ao ler o Orçamento de Estado de 2003. O anunciado fim das SCUT's também revela que até promessas claras constantes do Programa Eleitoral vão para a gaveta sem cerimónias. Podem ziguezaguear, mas pela primeira vez na vida política portuguesa, a direita governa sem tesouro de guerra orçamental a que possa recorrer para, à última hora, furar o descontentamento gerado pela sua política.

## No âmbito da esquerda parlamentar tem havido alguns sinais de aproximação. Em seu entender é possível e desejável entendimentos com a restante oposição?

Desejável, sempre; possível, às vezes. O PS tem um programa para a transição de Portugal para o mundo do século XXI. Não pode sacrificar ideias para obter aliados (isso encorajaria o conservadorismo e a estagnação) nem desistir de juntar todo o campo da oposição. Isso exige iniciativa na batalha das ideias, no diálogo com todos os focos de inovação, no uso dos *media* (velhos e novíssimos como a Internet). No terreno parlamentar, devemos intensificar esses esforços e combater o divisionismo primário instilado pelo

PSD que, nada inocentemente, nos retrata "a reboque do BE" quando recebe as convergências incomodativas.

## Apesar de formalmente em férias há quinze dias, a Assembleia da República tem estado activa com trabalho nas comissões. No entanto, a ideia que passa para a opinião pública é a de que os deputados já se encontram de férias quando isso não é verdade. O que deve ser feito para corrigir esta imagem distorcida sobre o trabalho dos parlamentares?

É verdade. Mas acrescento já: será populista mas é mesquinho e primário satanizar as pausas do Plenário. Quem trabalha tem direito a férias. Só faltava que os deputados tivessem de simular que não dormem nem nadam! O uso inteligente desse tempo pode alargar muito o conhecimento das coisas, humanizar, aumentar a eficácia política.

## Em Setembro o Grupo vai reunir-se em novas Jornadas Parlamentares. Há alguma iniciativa prevista que possa desde já ser adelantada?

As surpresas não se anunciam com antecedência...

## Como se posiciona face à proposta de revisão da Declaração de Princípios apresentada pela Comissão coordenada por Augusto Santos Silva?

A revisão programática deve ser consumada, mas sem sugerir que nestes anos o PS foi um partido desactualizado e com programa arcaico ou que é essa a questão central. De facto, a actualização foi sendo feita. Esteve subjacente à mobilização que permitiu derrubar o cavaquismo e governar Portugal. O que falhou não foi a nossa declaração de princípios. O segredo da vitória está em perceber isto e agir em conformidade.

# VAMOS TODOS A JOGO!

**Por mais que surjam, como já surgiram, os títulos de imprensa a decretarem que o PS está “dividido” e “em guerra”, ou que “estalou o verniz”, não nos preocupemos, por uma vez, com setas para cima ou para baixo e digamos claramente não aos juízos sumários cujo único objectivo é condicionar a discussão antes de começá-la ou mesmo impedi-la.**



**AUGUSTO SANTOS SILVA**

A apresentação do relatório do grupo de trabalho para a revisão da Declaração de Princípios do PS à Comissão Nacional de 13 de Julho passado; a aprovação, por esta, do texto proposto como documento de referência para o debate; e a publicação do texto no “Acção Socialista” para conhecimento, análise e contribuição de todos os interessados abrem uma nova etapa na preparação do Congresso de Novembro que há-de certamente aprovar a nova Declaração de Princípios do partido. Concentrei-me neste artigo nas questões de método e atitude deixando a questão substantiva para outra oportunidade.

Quero defender quatro ideias simples. Todos os membros do PS (e os círculos de opinião que nos são próximos) devem sentir este debate como seu e participar nele organizadamente e em tempo útil. O objectivo do debate deve ser chegar a um texto comum, suficientemente aberto e caracterizador do partido, na sua diversidade interna e na sua identidade matricial, para que todos nos reconheçamos nele. O debate deve ser vivo, sem reservas nem condicionantes, mas deve basear-se na troca de argumentos, e não na etiquetagem sumária ou em juízos de intenção. O debate deve constituir também a oportunidade para um confronto mais largo de ideias sobre as referências ideológicas e doutrinárias da esquerda democrática de hoje, e do PS como sua expressão partidária.

Todos devem participar de forma organizada em tempo útil. Provavelmente alguns militantes pensarão que a discussão interna começou apenas na última Comissão Nacional. Não é verdade. O grupo de trabalho que tive a honra de ser redactor cumpriu o mandato que tinha sido conferido pela Comissão Nacional de Abril e, atenta a sua composição plural, tive vivas discussões. O documento que foi proposto, como síntese da sua reflexão, é a nova versão de um texto sucessivamente reformulado, em função dos debates que fomos tendo e das contribuições que fomos fazendo ou recebendo. Estou certo que o texto final a aprovar pelo Congresso há-de ser e vigésima ou trigésima versão!... Acredito que dispor-se de um documento escrito só facilita a discussão, porque é muito mais fácil de identificar os pontos de desacordo e ir acertando progressivamente a enunciação dos princípios e o seu detalhe. No grupo inscreveram-se livremente os membros da Comissão Nacional que o entenderam fazer e nenhum comentário ou contributo foi ignorado. Portanto, agora que o documento de referência está publicado, a quatro meses de distância do Congresso, convém que todos o analisemos e ninguém guarde as suas reservas ou críticas para Novembro... As alternativas gerais ou pontuais devem ser apresentadas e divulgadas de forma estruturada e a tempo de poderem ser conhecidas e utilizadas na proposta ou propostas finais a submeter ao Congresso. Basta, aliás, seguir o caminho indicado por

Manuel Alegre, no artigo publicado no “Público” de 19 de Julho, e deixar de vez aqueles comentários iniciais que se fizeram, em alguns casos antes mesmo de ler o texto...

O objectivo do debate deve ser chegar a um texto comum. Do meu ponto de vista, faria pouco sentido serem apresentadas a Congresso várias propostas fechadas de Declaração de Princípios sem que se retirasse do facto as consequências devidas em termos de disputa de liderança. A Declaração de Princípios, como carta de identidade do PS, deve cumprir duas condições essenciais: ser suficientemente abrangente para que todos os membros e simpatizantes nela se reconheçam, sem qualquer reserva (lendo-a provavelmente de maneira diferente, o que só é prova do saudável pluralismo interno); e ser suficientemente caracterizadora para distinguir com clareza este partido e a sua família política-ideológica dos partidos e das outras famílias. Há duas maneiras de chegar a um texto comum: forçando o consenso antes de qualquer debate, ou construindo-o a partir do debate. Estou certo de que todos, querendo chegar a um texto comum, preferimos o segundo caminho.

O debate deve ser vivo, sem quaisquer reservas ou limitações, e basear-se na troca de argumentos. O texto que está disponível não é nenhuma proposta oficial ou oficiosa – é um exercício escrito, com várias ideias e propostas para estruturar a discussão. Não devemos ter qualquer receio tático de fazê-la e fazê-la em público, com suficiente vivacidade. Por mais que surjam, como já surgiram, os títulos de imprensa a decretarem que o PS está “dividido” e “em guerra”, ou que “estalou o verniz”, não nos preocupemos, por uma vez, com setas para cima ou para baixo e digamos claramente não aos juízos sumários cujo único objectivo é condicionar a discussão antes de começá-la ou mesmo impedi-la. Não posso debater etiquetas, mas posso e devo discutir argumentos: não para fazer prevalecer os meus argumentos fechados, mas para que da confrontação de ideias surjam sínteses que estejam um patamar mais acima das nossas ideias de partida e enriqueçam o nosso património doutrinário e a nossa identidade como associação política voluntária de pessoas livres. Com toda a franqueza, contrapor o centro e esquerda, o socialismo democrático e por aí fora de nada serve, se nos recusarmos a pensar e enunciar os princípios e as soluções que os caracterizam.

Finalmente, o debate sobre os princípios deve ter continuidade e desenvolvimento na discussão a fazer-se no pós-Congresso sobre a plataforma programática com que o PS deve apresentar-se aos portugueses no próximo ciclo político. Não é apenas o corpo geral de princípios definidores da nossa identidade política que devemos reafirmar; são também as orientações programáticas e as propostas políticas sectoriais. Dos princípios decorrem evidentemente consequências para o programa. Mas essa s consequências e a elaboração do novo programa devem ser objecto de uma participação muito alargada, quer ao interior do partido, quer à sociedade civil. Vale a pena conduzir este debate de agora no espaço partidário e no espaço público, de modo a preparar positivamente o próximo.

Na sequência das deliberações da Comissão Nacional, o Secretariado Nacional do PS definiu que o grupo de trabalho se vai manter até Outubro, como uma estrutura de recepção, discussão e incorporação da críticas e das propostas para a nova Declaração de Princípios. Repito o meu apelo: ninguém espere pelo fim do prazo para dar a sua opinião, vamos todos a jogo, agora, em campo aberto, sem rótulos e com ideias – muitas e vivas ideias!



# REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO XIII CONGRESSO NACIONAL (EXTRAORDINÁRIO)

(ARTIGO 62º, Nº2, DOS ESTATUTOS )

## Capítulo I Disposições Gerais

### Art. 1º (Do Congresso Nacional)

O Congresso Nacional é o órgão de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido.

### Art. 2º (Da Comissão Organizadora do Congresso -C.O.C.-)

- Até 60 dias antes do Congresso Nacional, a Comissão Nacional:
  - marca a data e o local de reunião do Congresso Nacional;
  - aprova o Regulamento e o Regimento;
  - elege a Comissão Organizadora do Congresso (COC).
- Para além do estabelecido especificamente no Regulamento do Congresso Nacional, compete à COC a preparação e organização do processo eleitoral dos Delegados ao Congresso.
- A COC será composta por um número ímpar de 13 a 17 militantes, sendo um dos elementos o Presidente, que terá voto de qualidade;
- Após a eleição dos Delegados ao Congresso, um representante de cada moção política de orientação global que preencha os requisitos requeridos, terá assento, com direito a voto, nas reuniões da COC.

### Art. 3º (Da capacidade eleitoral)

- Só têm capacidade eleitoral activa os membros do Partido que, com mais de seis meses de inscrição no momento do acto eleitoral, tenham regularizado o pagamento de quotas até ao momento do exercício do direito de voto.
- Têm capacidade eleitoral passiva os membros do partido que, com mais de dezoito meses de inscrição no momento do acto eleitoral, tenham regularizado o pagamento de quotas até ao momento da entrega das listas de candidatos a Delegados.
- Os militantes inscritos em secções de acção sectorial que optarem pelo exercício da sua capacidade eleitoral nessa estrutura, devem comunicar essa intenção à sede nacional, para efeitos de elaboração dos cadernos eleitorais, até 16 de Setembro de 2002.
- A partir da data da marcação da eleição dos Delegados ao Congresso Nacional, não são admitidas transferências para além das previstas no número anterior.

### Art. 4º (Da eleição de órgãos nacionais)

- Se por qualquer motivo, nomeadamente alteração estatutária, houver que proceder à eleição de órgãos nacionais, competirá à mesa do Congresso elaborar e submeter ao Congresso, para aprovação, as normas

regimentais necessárias, em harmonia com as regras dos estatutos.

- No caso do número anterior, deve ficar garantido um período razoável para a apresentação de candidaturas, bem como condições igualitárias de defesa e promoção das candidaturas no decurso do Congresso.

### Art. 5º (Da eleição dos Delegados ao Congresso)

- Os Delegados ao Congresso Nacional, em número definido pela COC até 16 de Setembro, são eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação global.
- Os Delegados ao Congresso são eleitos através da média mais alta de Hondt, devendo os candidatos considerarem-se ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.
- Os Delegados por inerência ao Congresso Nacional, com direito a voto, não podem exceder um terço do número total de delegados eleitos.
- Cada membro do partido só pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.
- Compete à Mesa da Assembleia Geral da secção orientar os actos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.

6. Até ao início do Congresso Nacional, a COC fará publicar e distribuir a lista completa dos Delegados ao Congresso (eleitos e inerentes).

**Art. 6º**  
**(Da apresentação de listas de candidatos a Delegados)**

1. As listas de candidatos a Delegados ao Congresso Nacional deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Geral ou, na sua ausência, ao Secretariado da Secção, até quatro dias antes da data marcada para a eleição, acompanhadas da declaração da aceitação das candidaturas, com referência à moção política de orientação nacional que apoiam.
2. As listas de candidatos a Delegados terão de ser compostas por um número de efectivos correspondentes ao número de Delegados atribuídos à Secção e por, pelo menos, metade mais um de candidatos suplentes.
3. As listas de candidatos a Delegados deverão ser expostas na Secção para que os militantes tenham conhecimento da sua existência.
4. Os Secretariados das secções deverão garantir às Mesas das Assembleias Gerais condições para que, até ao prazo limite para a admissão das listas, os candidatos possam regularizar o pagamento das quotas.

**Art. 7º**  
**(Das moções políticas de orientação global)**

1. As moções políticas de orientação global são os documentos de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido, subjacentes à eleição dos delegados ao Congresso.
2. As moções políticas de orientação global podem ser apresentadas por pelo menos 150 militantes com capacidade eleitoral passiva e deverão ser entregues à COC até 15 dias antes da data da eleição dos delegados nas secções.
3. Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas serão consideradas as moções subscritas por um número mínimo de 50 delegados.

**Art. 8º**  
**(Das moções sectoriais)**

1. As moções sectoriais são documentos que desenvolvem temas específicos ou parcelares.
2. As moções sectoriais podem ser apresentadas por delegados ao Congresso, devendo ser entregues à COC até 15 dias antes do Congresso Nacional.
3. Para efeitos de apresentação e discussão em Congresso, apenas serão consideradas as moções subscritas por um mínimo de 10 delegados até ao início do debate das moções globais.

**Art. 9º**  
**(Das alterações estatutárias e da Declaração de Princípios)**

1. As propostas de alteração dos Estatutos e da Declaração de Princípios do Partido obedecem às regras dos n.ºs. 2 e 3 do artigo 7.º.
2. Em qualquer momento os autores das propostas de alterações estatutárias e da Declaração de Princípios podem promover a fusão de uma ou várias dessas propostas.
3. No decurso da discussão na especialidade em Congresso poderão ser apresentadas e aprovadas alterações não contidas em nenhuma das propostas iniciais.

**CAPÍTULO II**  
**ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL**

**Art. 10º**  
**(Da convocatória)**

1. A Assembleia Geral de Militantes é convocada com, pelo menos, um ponto na Ordem de Trabalhos: eleição dos Delegados ao Congresso Nacional.
2. A Assembleia Geral de Militantes é convocada pela sua Mesa, mediante aviso enviado a todos os militantes com capacidade eleitoral até dez dias antes da data marcada para a Assembleia Geral.
3. A convocatória mencionará obrigatoriamente o dia, o local, o período horário de funcionamento e a Ordem de Trabalhos da Assembleia.
4. A Assembleia Geral Eleitoral realizar-se-á até quinze dias antes da data do Congresso Nacional, em todas as secções, em dois dias alternativos e por um período mínimo de quatro horas, conforme indicações a fornecer pela COC.
5. A Mesa da Assembleia Geral de Militantes deverá endereçar à COC cópia da convocatória, em envelope de correio azul fornecido para o efeito.
6. A COC poderá deliberar a convocação de Assembleias Gerais de Militantes nas estruturas que não reuniram na data prevista.

**Art. 11º**  
**(Acta da Assembleia Eleitoral)**

1. A Mesa da Assembleia Geral terá de lavrar uma acta do acto eleitoral, da qual deverão constar os seguintes elementos:
  - a) Relação nominal das listas de candidatos a Delegados, com menção obrigatória as moções políticas de orientação global que subscrevem;
  - b) Número de votos entrados nas urnas;
  - c) Resultados finais das votações para a eleição dos Delegados da secção ao Congresso Nacional;
  - d) Identificação dos Delegados eleitos, com menção do número de militante e da moção pela qual foram eleitos.
2. À acta deverá ser anexado o caderno eleitoral rubricado pelos votantes.

3. A acta e o anexo deverão ser enviadas de imediato para a COC, Largo do Rato, 2, 1250-143 Lisboa, em correio azul, através de fax- 213822083, ou por e-mail, para o endereço [xiiicongresso@ps.pt](mailto:xiiicongresso@ps.pt)
4. Os resultados eleitorais deverão ser afixados no local da Assembleia Geral de Militantes.
5. Das deliberações da Assembleia Geral de Militantes cabe recurso para a COC.
6. O prazo para recurso das deliberações da Assembleia Geral de Militantes é de quarenta e oito horas, a contar da afixação dos resultados no dia do acto eleitoral.
7. Para efeitos de contagem de prazos, será considerado o carimbo dos correios colocado na correspondência.

**Art. 12º**  
**(Do número de Delegados)**

O número de Delegados a eleger por cada secção será proporcional ao número de militantes inscritos em cada secção com capacidade eleitoral activa, de acordo com o quadro a definir pela Comissão Organizadora do Congresso até 16 de Setembro, data em que estará concluído o processo de actualização de dados de militantes.

**Art. 13º**  
**(Da interpretação e integração)**

A interpretação e a integração de lacunas deste Regulamento cabe à COC, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

**Art. 14º**  
**(Dos cadernos eleitorais e eclamações)**

Os cadernos eleitorais para a eleição dos Delegados ao Congresso Nacional são endereçados às secções trinta dias antes da data das eleições e são afixados em local visível e acessível, podendo ser apresentadas reclamações à COC, nos três dias subsequentes.

**Art. 15º**  
**(Do Recurso)**

1. Das deliberações da COC cabe recurso, a interpor no prazo de 48 horas, para a Comissão Nacional de Jurisdição, a qual deve deliberar no prazo de três dias.
2. Das deliberações da Comissão Nacional de Jurisdição não cabe qualquer recurso.

**Art. 16º**  
**(Da Publicidade)**

A data e o local do Congresso, o presente Regulamento, o Regimento e a composição da COC serão publicados no órgão oficial do PS, "Acção Socialista", após a aprovação em Comissão Nacional.



# REGIMENTO DO XIII CONGRESSO NACIONAL (EXTRAORDINÁRIO) DO PARTIDO SOCIALISTA

## Art. 1º (Da data e local do Congresso)

1. O XIII Congresso Nacional (extraordinário) do PS realiza-se nos dias 15, 16 e 17 de Novembro de 2002.
2. O XIII Congresso Nacional do PS realiza-se em Lisboa, no Coliseu dos Recreios.

## Art. 2º (Da composição do Congresso)

1. O Congresso Nacional tem, no que respeita ao direito de voto, a composição seguinte:
  - a) Delegados eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial;
  - b) Secretário-Geral;
  - c) Presidente do Partido;
  - d) Presidente Honorário do Partido;
  - e) Membros do Secretariado Nacional, Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira;
  - f) Membros do Governo e dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, nas Assembleias Regionais e no Parlamento Europeu, filiados no PS;
  - g) Presidentes das Federações;
  - h) Membros da JS que integram a Comissão Nacional;
  - i) Presidente da Tendência Sindical Socialista;
  - j) Presidente da Associação Nacional de Autarcas Socialistas;
  - k) Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.

2. Participam também no Congresso, sem direito a voto:
  - a) Membros dos Governos Regionais filiados no PS;
  - b) Presidentes de Câmara; Presidentes das Assembleias Municipais ou primeiros eleitos para aqueles órgãos municipais filiados no PS;
  - c) Presidentes das CPC;
  - d) Membros do órgão executivo nacional do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas;
3. Os delegados ao Congresso referidos nas alíneas b) a k) do nº 1 não podem exceder um terço do número total dos delegados eleitos.
4. Os delegados eleitos ao Congresso, em número definido pela COC, são eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação global.
5. Os delegados ao Congresso deverão ser portadores do cartão de militante nos dias da realização do Congresso.

## Art. 3º (Dos órgãos do Congresso)

1. No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, a Comissão de Verificação de Poderes e a Mesa, sob proposta do Secretário-Geral eleito; e a Comissão de Honra do Congresso, sob proposta do Presidente do Partido.
2. A Comissão de Verificação de Poderes é constituída por quatro membros eleitos pelo Congresso e presidida pelo Presidente da Comissão Nacional de Jurisdição, competindo-lhe julgar a regularidade da composição do Congresso e conhecer de quaisquer irregularidades surgidas na identificação dos respectivos membros.
3. A Mesa do Congresso é composta por cinco Vice-Presidentes

e dez Secretários eleitos pelos delegados, e pelo Secretário-Geral eleito, por direito próprio.

4. A Comissão de Honra do Congresso é constituída por sete a quinze membros de entre os seus militantes que tenham desempenhado papel relevante ao serviço do Partido, da Democracia ou do País.

## Art. 4º (Do Presidente do Congresso)

1. O Presidente do Partido é o Presidente da Mesa do Congresso, competindo-lhe iniciar os trabalhos do Congresso; conceder ou retirar o uso da palavra; e assegurar a normalidade dos debates, em cooperação com os restantes membros da Mesa, nos termos em que para o efeito acordem;
2. Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

## Art. 5º (Da Ordem de Trabalhos)

1. O XIII Congresso Nacional terá a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 – Eleição da Comissão de Verificação de Poderes
- Ponto 2 – Eleição da Mesa do Congresso Nacional
- Ponto 3 – Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional
- Ponto 4 – Sessão de Abertura do Congresso Nacional
- Ponto 5 – Apresentação, debate e votação das propostas

- de modificação dos estatutos
- Ponto 6 – Apresentação, debate e votação das propostas de modificação da Declaração de Princípios
- Ponto 7 – Apresentação, discussão e votação das Moções políticas de orientação global, que tenham um mínimo de 50 delegados subscritores
- Ponto 8 – Apresentação, discussão e votação das moções sectoriais, subscritas por um mínimo de 10 delegados
- Ponto 9 – Sessão de Encerramento com Intervenção do Secretário-Geral
2. Se houver que proceder à eleição de órgãos nacionais de acordo com as alterações votadas no ponto 5, a mesa do Congresso reorganizará a ordem de trabalhos do modo adequado.
- 3- A COC procederá à definição horária da Ordem de Trabalhos, a qual pode ser alterada pela mesa do Congresso.

**Art. 6º**  
**(Funcionamento do Congresso)**

1. As deliberações do Congresso Nacional são válidas desde que tomadas pela maioria do número total dos seus membros, e por maioria simples, sendo imperativo para todos os órgãos e membros do Partido;
2. O voto é pessoal e presencial;
3. O “quorum” previsto no número um só é exigível para deliberar, sendo que a respectiva verificação ocorrerá ou por iniciativa da Mesa ou a pedido de qualquer dos delegados presentes, podendo o Congresso funcionar com qualquer número de presenças;
4. É dispensada a leitura das propostas e moções

apresentadas para discutir e votar pelo Congresso, desde que tenham sido distribuídas pelos delegados;

5. A Mesa é soberana na orientação dos trabalhos do Congresso.

**Art. 7º**  
**(Das discussões políticas)**

1. Para a apresentação das moções políticas de orientação global, que sejam subscritas por um mínimo de 50 delegados, os seus proponentes poderão intervir durante 20 minutos.
2. Para a apresentação das moções sectoriais, subscritas por um mínimo de 10 delegados, os seus proponentes poderão intervir por um período de tempo fixado pela Mesa em função do cumprimento da Ordem de Trabalhos.
3. Se forem efectuadas eleições para órgãos nacionais do Partido, as regras sobre a apresentação de candidaturas aos órgãos nacionais e sobre a duração máxima de cada intervenção será fixada pelo Congresso sob proposta da mesa.
4. A Mesa definirá a duração das intervenções dos proponentes no encerramento da discussão das moções políticas de orientação global.

**Art. 8º**  
**(Das intervenções)**

1. Os delegados ao Congresso poderão participar nos trabalhos através de: intervenções; requerimentos; reclamações; e declarações de voto.
2. As intervenções poderão ser efectuadas mediante a entrega

na mesa de um pedido de palavra.

3. Os requerimentos, que são pedidos dirigidos à Mesa, reportam-se ao modo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto.
4. Os requerimentos, que terão de ser votados pelo Congresso, consideram-se aprovados se obtiverem 2/3 dos votos dos delegados presentes.
5. As reclamações (Pontos de Ordem), que são pedidos dirigidos à Mesa, reportam-se à infracção dos Estatutos, do Regulamento ou do Regimento do Congresso.
6. À Mesa cabe deliberar imediatamente sobre as reclamações (Pontos de Ordem), com recurso, para o plenário do Congresso, por parte do reclamante.
7. As declarações de voto são apresentadas à Mesa por escrito, ficando anexas à acta do Congresso, a qual será elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso e entregue ao Secretariado Nacional.

**Art. 9º**  
**(Da interpretação e integração das lacunas)**

Compete à Mesa a interpretação e integração de lacunas do presente Regimento e a resolução dos casos omissos, cabendo recurso para o Congresso.

**Art. 10º**  
**(Da publicidade)**

O presente Regimento do XIII Congresso Nacional do PS será publicado no órgão oficial do PS “Acção Socialista”, após ser aprovado em Comissão Nacional.



---

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

Paulo Pedroso  
José Vera Jardim  
Fausto Correia  
António Galamba  
Artur Penedos  
Augusto Santos Silva  
Isabel Vigia  
Joaquim Barreto  
Júlio Miranda Calha  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria de Belém Roseira  
Maria do Carmo Romão  
Miguel Coelho  
Pedro Ribeiro  
Renato Sampaio  
Rui Cunha  
Vitalino Canas

---

TOMÁS DE ALMEIDA

# COERÊNCIA SOCIALISTA

**Com o ideário socialista como arma e a coerência como escudo, Tomás de Almeida travou batalhas dentro e fora de Portugal em 28 anos de militância. Ajudou a fundar a Secção do PS de Roterdão, presidiu à Federação do Benelux e defende convictamente a ideia segundo a qual o partido deve auscultar a voz do colectivo e não ceder a interesses pessoais.**

Esforço contínuo e renúncia voluntária a certas dimensões da vida pessoal e familiar são sacrifícios necessários quando se está ao serviço de um ideal. Isto porque, aos olhos do camarada Tomás de Almeida, a militância é “uma longa e dura caminhada que também implica correcções de percurso”, sem nunca perder de vista a meta.

Em 28 anos de pertença assumida à grande família socialista, este militante tem-se destacado na organização das estruturas do PS na emigração, nomeadamente, na fundação da Secção de Roterdão e na presidência da Federação do Benelux.

Nascido no Barreiro, este filho de um berço de resistência antifascista cedo seguiu o pai na luta por uma sociedade mais justa e sem desigualdades.

A Holanda foi o local escolhido para, depois de cumprir o serviço militar obrigatório em Portugal, reunir condições de vida que lhe permitissem, de longe, colaborar no combate ao antigo regime.

De mangas arregaçadas, entregou-se, numa primeira fase, à tarefa de contactar refugiados políticos nos países vizinhos.

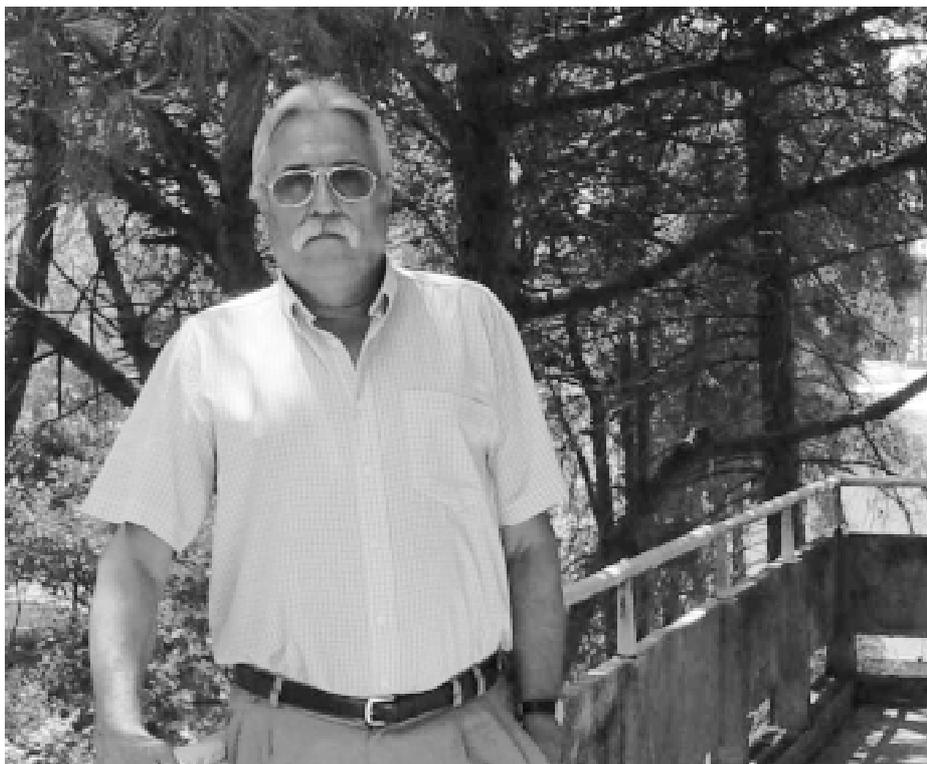
Com a legalização do PS em Portugal, em 1974, Tomás de Almeida e outros camaradas (entre os quais destaca com especial admiração, Fernando e Teresa Loureiro), fundaram a Secção socialista de Roterdão.

Da sua passagem pela liderança da Federação do Benelux guarda a satisfação de uma tarefa desempenhada com “coerência e atenção aos interesses de Portugal e dos portugueses na emigração”.

“Uma das características desta federação é que nós entendemos que não há caciques, nem presidentes vitalícios, e que são os órgãos que definem quem tem ou não condições para ser presidente”, diz, sem falsas modéstias.

Tomás de Almeida garante que deu, no Benelux, ao longo de aproximadamente cinco anos, tudo quanto soube e pôde, “tal qual os outros camaradas”, num desempenho reconhecido com uma participação na lista de candidaturas socialistas a deputados em plena governação de Cavaco Silva.

O contexto não era, pois, animador, mas o militante recorda com satisfação a eleição do socialista Caio Roque pelo círculo da Europa. Passada a conjuntura da laranja amarga e chegada a governação do PS, Tomás de Almeida



## PERFIL

Nome  
**Tomás Lopes de Almeida**  
Idade  
**60 anos**  
Ocupação  
**Funcionário Serviços Sociais do Consulado Geral de Portugal em Roterdão**  
Hobbies  
**Ler, ver televisão, ciclismo**  
Militância  
**Inscrição no PS em 1974**  
Referências Socialistas  
**Tito de Morais, Mário Soares, Fernando e Teresa Loureiro, Joop Den Yul**

assinala a distinção entre a política do Executivo para a emigração e a política interna do PS face às suas estruturas além fronteiras. “Após o 25 de Abril, o melhor período político para a emigração deu-se nos primeiros cinco anos e meio de Governo de António Guterres”, afirma, destacando o “excelente trabalho” do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Na opinião deste camarada, graças à prestação de José Lello, o PS criou a sua própria dimensão na emigração, o que permitiu a eleição de mais um deputado.

Quanto ao apoio do partido às estruturas no estrangeiro, Tomás de Almeida recorda com nostalgia a existência de um departamento ligado a estas questões, defendendo a sua reactivação.

“Ao longo dos cerca de oito anos em que o Departamento da Emigração esteve activo na sede nacional, as federações e secções do PS além-fronteiras beneficiaram de maior apoio”, regista, acrescentando que secretários-gerais, secretários da organização e outros dirigentes nacionais não têm condições nem tempo para manter um contacto directo e constante com as estruturas na emigração.

Falando sobre a política de migrações da actual maioria de direita em Portugal, o militante constata, “com grade preocupação”, um retrocesso à lógica cavaquista.

“Voltamos a não ter uma política de apoio às organizações portuguesas no estrangeiro”, frisa, lembrando que durante a governação socialista, “o secretário de Estado das Comunidades não entrava em demagogias nem utopias, avançando com medidas concretas” e acrescenta: “José Lello acabou com o

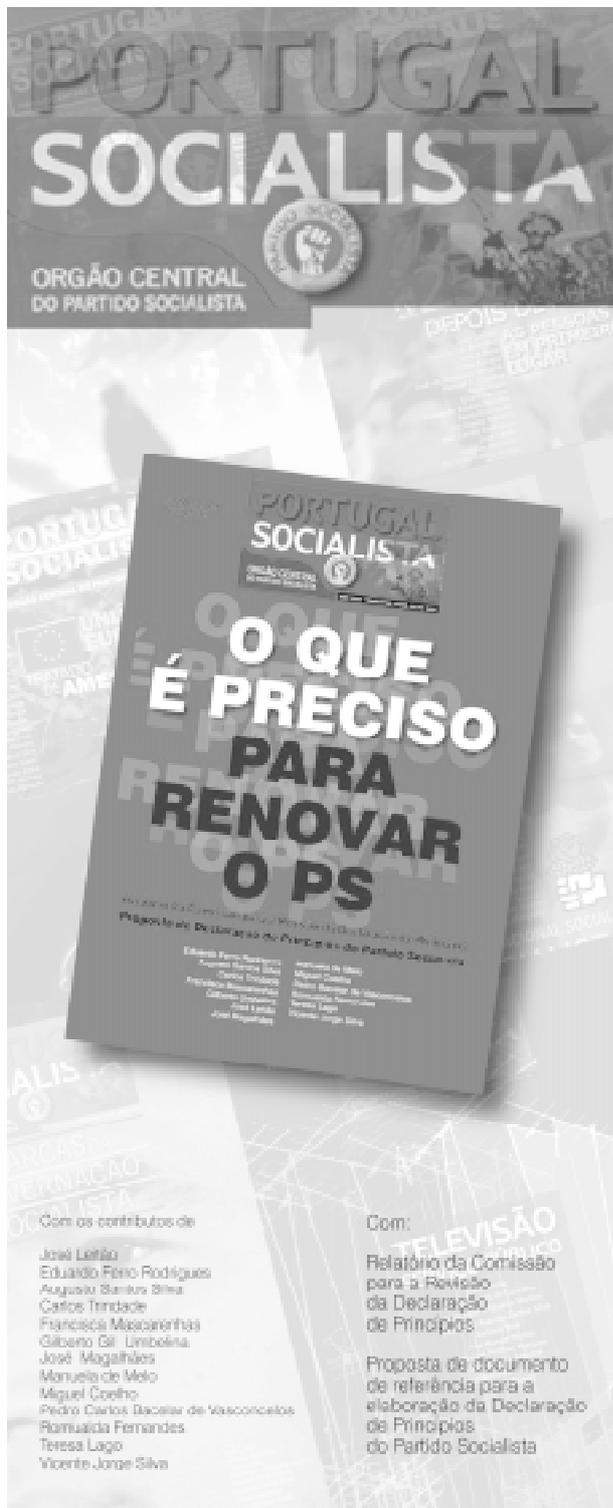
clientelismo”.

Tomás de Almeida confessa-se “extremamente céptico” face às decisões tomadas em três meses de governação PSD/PP. “O dramatismo e o pessimismo deste Governo são conscientes e propositados”, denuncia, aconselhando Durão Barroso a não desacreditar Portugal perante os portugueses e na comunidade internacional.

O projecto de Lei de Bases da Segurança Social, com as “indefinições” que apresenta relativamente às baixas fraudulentas, “não augura nada de bom para quem vive no nosso país”, considera, alertando para o risco de agravamento do “descontentamento social”. Confiante de que o Partido Socialista tem, já neste momento e com Ferro Rodrigues na sua liderança, “condições para demonstrar aos portugueses a sua capacidade executiva”, Tomás de Almeida alerta: “Mal irá Portugal se este Governo durar quatro anos”.

Questionado sobre a revisão estatutária do PS, o camarada manifesta-se contra a possibilidade de o secretário-geral chamar a si a indigitação dos candidatos a deputados, defendendo que a institucionalização desta prática é perigosa na medida em que poderia atender a critérios que não apenas o mérito e a competência.

MARY RODRIGUES



**CÓDIGO DO TRABALHO**

# GOVERNO EMPURRA SINDICATOS PARA GREVE GERAL

UGT e CGTP rejeitaram mutuamente e na generalidade o Código do Trabalho proposto pelo Governo por considerarem que este constitui "um atentado aos direitos dos trabalhadores".

Durante duas horas os representantes das duas centrais abordaram em conjunto, embora de forma preliminar e genérica, a proposta de lei do Executivo que se encontra em discussão pública.

Na reunião - a primeira em três anos -, que decorreu na sede da CGTP, em Lisboa, João Proença alertou para o facto de o Governo estar a "empurrar os sindicatos para a luta, incluindo a greve geral", mas, ressaltou: "Essa questão só se coloca daqui a uns meses".

O secretário-geral da UGT avançou ter combinado com o seu homólogo da CGTP a manutenção de "contactos regulares sobre a legislação de trabalho e outras lutas sindicais em curso, como o combate à revisão da lei da Segurança Social, os disponíveis da função pública, contratação colectiva e legislação sobre saúde e ensino". Assim, vão prosseguir as trocas de informações entre as centrais sobre iniciativas de luta e respectivas estratégias para a concertação social. Por outra palavras, a UGT e a CGTP chegaram sexta-feira a acordo sobre a metodologia a seguir na análise do anteprojeto do Código do Trabalho do Governo. Ambas vão ter acesso antecipado aos respectivos pareceres que irão entregar em Setembro e articular posições em sede da comissão

negocial tripartida, que funcionará no âmbito da Comissão Permanente da Concertação Social. Na prática, prevê-se que os sindicatos avancem com uma ampla campanha de esclarecimento aos trabalhadores, a qual abrangerá não só o sector privado, mas também a Função Pública, nas componentes da administração central e local.

João Proença e Carvalho da Silva disseram que têm equipas a aprofundar as implicações da proposta do Governo, cujos contornos, na sua opinião, "ainda não estão totalmente explicitados", para voltarem depois a "falar de forma mais aprofundada".

As centrais sindicais foram ainda unânimes em exigir um amplo estudo sobre o absentismo em Portugal e em considerarem essencial a análise exaustiva do anteprojeto do Código do Trabalho. Proença considera que "existem desconfianças sobre se não haverá outras alterações altamente controversas na proposta de lei, nomeadamente ao nível dos contratos a termo certo. Vai ser preciso esmiuçar muito bem a proposta". No final do encontro, os secretários-gerais da UGT e da CGTP manifestaram-se satisfeitos com os resultados, agendando uma nova troca de impressões para o final de Outubro, altura em que serão conhecidas as alterações introduzidas pelo Executivo no Código do Trabalho, na sequência do debate com os parceiros e com a sociedade civil.

**CGTP-IN**

# CORRENTE SOCIALISTA CONTRA FALÁCIA DO EXECUTIVO

Os sindicalistas socialistas da CGTP-IN repudiaram a falácia dos líderes da coligação governamental que têm afirmado serem "obra dos comunistas" as recentes manifestações de milhares trabalhadores "contra medidas que penalizam fortemente os que vivem do seu salário". "Quando será que na sua cegueira antilaboral compreenderão que defender os seus direitos, o seu nível de vida e uma sociedade mais justa é uma necessidade natural de todos os trabalhadores?", questionam os dirigentes socialistas da CGTP-IN.

Em comunicado, a corrente socialista da central da Vítor Cordon refere que, "com a autoridade que lhe é conferida pela participação em manifestações que ocorrerem também durante os governos do PS, repudiam mais esta falácia do Governo que mais não pretende senão conquistar espaço social para, desrespeitando as suas promessas eleitorais, atacar os direitos dos trabalhadores, atacar o sistema público de Segurança Social, e impor uma política de despedimentos arbitrários".

E lançam um aviso: "Os trabalhadores portugueses, unidos na diversidade, saberão dar a resposta. Com os sindicalistas socialistas na primeira linha de combate."

SINDICALISTAS SOCIALISTAS

# NOVO CÓDIGO DO TRABALHO É NEOLIBERALISMO PURO

**A flexibilização da despedimentos é um dos múltiplos aspectos particularmente gravosos para os trabalhadores do anteprojecto de Código do Trabalho, consideram João Proença e Carlos Trindade, respectivamente, líder da UGT e dirigente da corrente sindical socialista na CGTP-IN. Em entrevistas ao "Acção Socialista", reiteram a possibilidade de haver uma greve geral contra este diploma, "um produto neoliberal puro", que, acusam, subverte a actual relação trabalhadores-empregadores e tem como objectivo partir a coluna vertebral do movimento sindical, ao pôr em causa a negociação colectiva.**

João Proença e Carlos Trindade são unânimes na análise de que o anteprojecto do Governo do novo Código do Trabalho é altamente desfavorável aos trabalhadores.

"A revisão da lei dos despedimentos com, pelo menos, cinco alterações concretas, é claramente inaceitável", diz o líder da UGT, lembrando, a propósito, que havia um compromisso do Governo de não rever esta lei. Por sua vez, o dirigente da CGTP-IN considera que a lei dos despedimentos é "um dos três aspectos mais gravosos" do diploma do Governo, salientando que um outro, "de igual gravidade", é a proposta de fazer caducar as convenções colectivas, e um terceiro aspecto, de ordem psicológica, "é a tentativa de criação nas empresas de um clima geral de autoritarismo e prepotência patronal".

Os sindicalistas também são coincidentes na elencagem de outras componentes da proposta que prejudicam os trabalhadores, tais como o aumento da precariedade, com o prolongamento dos contratos a prazo sem fixação de prazo limite; a limitação do direito à greve; a diminuição do período de trabalho nocturno; os mecanismos de mobilidade geográfica que poderão duplicar o tempo de deslocação trabalho-emprego; e a caducidade dos contratos que põe em causa a negociação colectiva.

"Estamos perante um articulado desequilibrado que subverte a actual relação trabalhadores-empregadores", denuncia João Proença, acrescentando que "o projecto não tem qualquer visão estratégica mas, antes, representa alterações pontuais sempre em benefício dos empresários".

Já Carlos Trindade afirma que o anteprojecto "possui uma concepção que tem como objectivo



principal reforçar o poder patronal em prejuízo da classe trabalhadora, ferindo os seus direitos individuais e colectivos".

Ambos os sindicalistas consideram, porém, que a legislação laboral se deve adaptar à realidade do século XXI, nomeadamente às grandes mudanças que ocorrem no trabalho e na economia, mas sustentam que é necessário salvaguardar que as modificações sejam resultado da livre negociação colectiva.

Por outro lado, o recurso à greve geral, caso o Governo avance com a legislação tal qual está, é uma forma de luta que os dois sindicalistas dizem estar no horizonte, acreditando na unidade na acção das duas centrais para mobilizarem e consciencializarem os trabalhadores.

Quanto à questão da produtividade, referem que a legislação laboral é apenas uma componente do processo e das menos importantes, salientando João Proença que "interessa sobretudo discutir a resposta aos problemas concretos e não soluções de carácter ideológico que nos afastam da Europa e nos aproximam de países com forte desvalorização do trabalho e baixa produtividade", enquanto Carlos Trindade denuncia que fazer das leis do trabalho o eixo do problema da produtividade, como pretende o Governo, "é uma opção

puramente ideológica de cariz neoliberal, com a particularidade nacional de revanchismo à mistura".

Para os dirigentes sindicais, são outros os factores que estão na origem da nossa baixa produtividade, como a falta de capacidade empresarial, num tecido económico onde são predominantes as PNME's; o baixo nível das qualificações, tanto de empresários como de trabalhadores, e a fraca componente no que se refere à inovação tecnológica e à incorporação de novos processos, entre outros. A estratégia do Governo de aproveitar as férias parlamentares para colocar em cima da mesa o anteprojecto do Código do Trabalho é também alvo de críticas. "Desumana, desrespeitadora e arrogante" é como Carlos Trindade classifica esta estratégia, que João Proença também lamenta, e afirma esperar que "a Assembleia da República venha a assumir um papel forte na discussão pública do diploma".

## Diploma põe em causa a liberdade sindical

Também a estratégia do Executivo de Durão Barroso de partir a coluna vertebral do movimento sindical é denunciada. O líder da UGT alerta que o diploma "põe em causa a

liberdade sindical ao pretender abrir a negociação colectiva a órgãos que poderão degenerar em autênticos 'sindicatos do patrão'", ao mesmo tempo que o dirigente socialista da CGTP-IN refere que "a identificação clara deste objectivo permite também claramente identificar o anteprojecto como um produto neoliberal puro".

Quanto à possibilidade de as centrais sindicais poderem vir a gerir fundos de pensões, no âmbito da contra-reforma da Segurança Social levada a cabo pelo Governo, há divergência de opiniões.

Carlos Trindade rejeita esta hipótese liminarmente, lembrando que "os sindicatos têm como objectivo a defesa e promoção dos direitos e interesses dos trabalhadores", o que é inconciliável com a gestão de fundos de pensões, cuja principal receita "é a especulação financeira que, por sua vez, é uma operação bolsista iminentemente antagónica à vocação sindical".

Já João Proença considera que o é fundamental "e que se incentive a negociação de mecanismos complementares de Segurança Social por via da negociação colectiva" e se "prevejam fundos de capitalização pública em alternativa aos fundos privados".

J. C. CASTELO BRANCO

**ALARGAMENTO EM 2004**

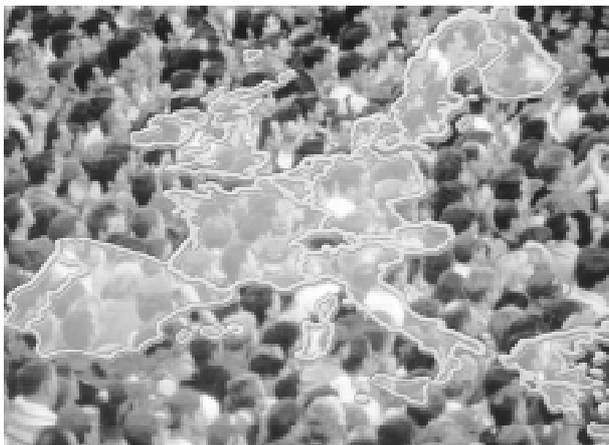
# SÓ DEPENDE DA VONTADE POLÍTICA

Os custos do alargamento aos dez primeiros candidatos da Europa de Leste e do Sul exigirá da União Europeia um esforço financeiro da ordem dos 25 biliões de euros, montantes bastante reduzidos se comparados com os 97 biliões que os Estados Unidos empregaram para a concretização do Plano Marshal logo a seguir à Segunda Guerra Mundial e com os 600 biliões que a Alemanha gastou para o processo de reunificação. Mas, mais do que de dinheiro, trata-se acima de tudo de uma questão de vontade política, como afirma o eurodeputado Manuel dos Santos.

A uma certa escassez de recursos, juntam-se algumas tensões geradas pelas difíceis e detalhadíssimas negociações dos inúmeros dossiês e a adopção das mais de 80 mil páginas de regulamentações europeias. Paralelamente, o entusiasmo tem arrefecido em alguns dos candidatos, enquanto na União a Irlanda emitiu para os países de Leste um mau sinal ao impedir em referendo a ratificação do Tratado de Nice, condição prévia ao alargamento, na medida em que adapta uma parte das instituições europeias a uma Comunidade com 25 membros.

Para Manuel dos Santos, membro da Comissão dos Orçamentos, a decisão do alargamento é sobretudo política. "Não se colocam problemas financeiros no imediato. Há, sim, complexos problemas políticos relativamente aos quais importa encontrar uma linha de rumo até ao final do ano", afirma, lamentando não haver uma verdadeira consciência europeia em relação ao alargamento.

De todos os dossiês, o mais problemático tem sido o da agricultura, designadamente por causa da atribuição das ajudas directas. Isso mesmo se reflecte numa publicação informativa da Comunidade, que considera que "o dossiê agrícola e os seus importantes aspectos financeiros podem tornar-se um obstáculo crítico". Por exemplo, a Hungria pretende



negociar o conjunto do capítulo agrícola e também as ajudas directas, que considera um direito a partir da sua adesão. "Julgo que devia haver por parte da União Europeia maior flexibilidade em relação a alguns domínios, como a liberdade de circulação e a harmonização fiscal", afirma o eurodeputado socialista, sem referir a agricultura.

**Risco de implosão**

Também o ministro dos Negócios Estrangeiros polaco põe o dedo na ferida ao dizer que irá analisar detalhadamente as propostas que a Comissão fizer em Janeiro e que, se o processo acabar por fracassar, "a culpa não será da Polónia. Tratar-se-á antes de uma derrota para todos os europeus favoráveis ao alargamento". Manuel dos Santos concorda com esta

perspectiva, afirmando que se o alargamento for mais demorado do que aquilo que é politicamente aceitável, poderá implicar um risco de implosão do próprio projecto político da União Europeia. "O alargamento é útil para os países que querem entrar, mas também é fundamental para a Europa, que se programou em função disso", afirma.

Jeffrey Sachs, professor de Harvard, conselheiro de vários governos da Europa de Leste depois da queda do comunismo, considera que "aquilo que deveria ser uma formidável realização de que a Europa se devia orgulhar transformou-se num processo conflituoso, levado com muito má vontade". "Infelizmente é assim", concorda Manuel dos Santos, que manifesta algum cepticismo em relação ao cumprimento dos prazos estabelecidos para o alargamento. "Estamos perante uma nova Europa, com novos

equilíbrios de poderes, em que tem predominado o politicamente correcto", diz.

Neste contexto, de referir as duvidosas declarações (pelo menos em sentido político-diplomático) de Durão Barroso, recentemente proferidas na Faculdade de Direito de Lisboa, a propósito do alargamento: "Como é que a União Europeia se poderá defender se surgir amanhã num daqueles Estados um regime autoritário que viole princípios fundamentais?". É que, se por um lado diz defender o alargamento, ao proferir declarações daquele tipo fica-se sem saber se realmente o deseja e de que forma.

De acordo com estudos efectuados pela Comissão Europeia, a união prevê gastar com os dez candidatos durante os três primeiros anos cerca de 40 biliões de euros, mas como os novos Estados-membros devolverão cerca de 15 biliões sob a forma de contribuições, os custos andarão pelos 25 biliões. Assim, ao longo desses três primeiros anos, os dez novos Estados-membros receberão em média, anualmente, 114 euros por habitante para a construção de pontes, estradas e outras infra-estruturas. Durante o mesmo período, Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia receberão, em média, 231 euros. Por estas e outras razões, é inevitável haver uma Europa a duas velocidades.

No entanto, em virtude dos sucessivos acordos da União Europeia, os países candidatos escancararam os seus mercados aos Estados-membros, que souberam aproveitar as suas vantagens e tomaram conta do processo de privatizações. Actualmente, são os europeus (e também os americanos) que controlam praticamente todos os grandes bancos e empresas nos dez países candidatos. Daí que eles esperassem maior reciprocidade por parte da União Europeia, a qual não tem sido correspondida, como revela o vice-primeiro ministro polaco, como algum desapontamento, "quando se trata de economia, a União Europeia não dá presentes".

**PAULO CASACA**

## PESCADORES AÇORIANOS PRECISAM DE LEGISLAÇÃO PRÓPRIA

Os pescadores açorianos precisam de uma legislação específica para pequenas zonas de pesca dentro da Comunidade Europeia, de forma a não serem prejudicados com a reforma da Política Comum de Pescas, defende o eurodeputado Paulo Casaca.

Na sequência de uma visita ao arquipélago dos Açores de uma delegação da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu ficou o compromisso de se tentar chegar a um acordo que vá ao encontro das pretensões dos pescadores açorianos. Para isso, o primeiro passo será a realização, em Bruxelas, de um seminário que reuna todas as regiões ultraperiféricas com interesses piscatórios na Europa, que contará com o empenho do presidente da Comissão de Pescas do PE.

Os pescadores açorianos pretendem uma zona de reserva de pesca exclusiva, assim como a manutenção dos apoios à modernização da frota, que a Comissão Europeia pretende reduzir.



**Como muito bem refere a Comissão de Avaliação das Contas Públicas, a aceitação por Portugal do critério contabilístico mais rigoroso (4,1 por cento) deve ter como consequência a exigência da aplicação dos mesmos critérios noutros países. Se assim for feito, rapidamente se verificará que Portugal não terá sido o único país a violar o Pacto e talvez essa constatação ajude a compreender a irracionalidade dos limites impostos face a situações completamente diferentes, em termos de desenvolvimento económico e social.**

## UMA POLÉMICA SEM UTILIDADE

A divulgação do relatório da Comissão para a Análise das Contas Públicas deveria ter posto fim a um dos mais "apaixonantes" mistérios da vida política em Portugal – a verdadeira dimensão do défice público. A Comissão enuncia dois valores distintos para o défice – 3,5 por cento e 4,1 por cento do PIB – conforme utiliza um ou outro, dos dois critérios em aberto para a classificação de algumas receitas e despesas públicas. Ambos os valores ultrapassaram em muito o limite previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento (3 por cento) e, desse modo, Portugal vai ser objecto da abertura de um processo de verificação de um eventual défice excessivo. O Governo escolheu reportar para Bruxelas o valor mais elevado (4,1 por cento) o que sendo discutível, tem vantagens e inconvenientes. Aparentemente, põe-se fim à polémica estabelecida com a Comissão, a propósito dos critérios de contabilização. Só o futuro imediato e a conseqüente evolução deste dossier permitirão averiguar se o Governo procedeu bem ou mal. O sucesso desta opção vai depender muito da abertura de espírito e compreensão que a Comissão Europeia e o comissário Pedro Solbes revelarem em relação ao estado das finanças públicas portuguesas. É possível, no entanto, desde já afirmar que esta opção do Governo não é completamente inocente no plano interno, pois orienta-se no sentido de responsabilizar ainda mais os socialistas pelo défice público e destina-se a criar margem de manobra para a aplicação de medidas excessivamente restritivas e penalizadoras para a generalidade dos portugueses. É, pois, inaceitável que ao governo anterior seja atribuída a responsabilidade política por um défice superior a 3,5 por cento do PIB, pois é esse valor que resulta da aplicação dos critérios em vigor durante o ano de 2001. Só que esta polémica é redundante. O facto é que Portugal violou os compromissos assumidos e deve preparar-se para corrigir a situação, evitando a aplicação de quaisquer sanções. Em si mesmo, a verificação de um défice orçamental superior a 3 por cento não é causa para aplicação de sanções. A Comissão Europeia terá de confirmar, em primeiro lugar, a verificação de um défice excessivo (sendo certo que deve analisar todas as circunstâncias atenuantes) e emitirá ou não, recomendações para os procedimentos orçamentais futuros. Só perante a confirmação de um défice excessivo e perante a recusa de aplicar medidas correctoras, se colocaria a hipótese da aplicação de sanções (multas ou impedimentos no acesso aos fundos de coesão). Violar o limite do Pacto é portanto uma condição necessária, mas não é suficiente para desencadear procedimentos sancionatórios. Entre as circunstâncias atenuantes não poderá deixar de colocar-se a questão da quebra da receita fiscal, na medida em que tal resulte da estagnação económica. O relatório avança, desde já, com elementos relevantes para esse juízo, pois se é verdade que imputa à quebra da receita fiscal uma parte da responsabilidade (apesar de tudo o crescimento económico terá sido em 2001 de 1,9 por cento, ou seja, acima da média comunitária), não deixa de acentuar a dificuldade e incapacidade do Governo de controlar a despesa pública. Neste quadro, a Comissão Europeia dificilmente deixará de concluir pela existência de um défice excessivo. Em certo sentido essa conclusão pode ser boa para Portugal e para a própria Europa. Para Portugal, se dela se tirarem as verdadeiras e necessárias lições, gerando políticas independentes da

pressão de grupos de interesses que combatam a cultura de laxismo dominante na Administração Pública.

A pertença, de início a uma zona de estabilidade cambial e depois à zona do euro, trouxe-nos vantagens, mas também algumas obrigações. Vantagens concretizadas na convergência real com a Europa de 1995 para cá, e nos progressos no domínio da coesão interna decorrentes da aplicação de políticas sociais. Obrigações que, nem sempre foram cumpridas dando origem a um insuficiente nível de eficácia da despesa pública, com graves consequências a médio e longo prazo.

A eficácia da despesa pública é, aliás, o verdadeiro problema nacional e tem pouco a ver com o conceito não rigoroso de despesismo que o actual governo utiliza na sua propaganda contra os socialistas.

A abertura deste processo contra Portugal pode ser também importante para a Europa se ajudar a diminuir ou anular a hipocrisia comunitária na avaliação do estado real das finanças públicas da União.

Como muito bem refere a Comissão de Avaliação das Contas Públicas, a aceitação por Portugal do critério contabilístico mais rigoroso (4,1 por cento) deve ter como consequência a exigência da aplicação dos mesmos critérios noutros países.

Se assim for feito, rapidamente se verificará que Portugal não terá sido o único país a violar o Pacto e talvez essa constatação ajude a compreender a irracionalidade dos limites impostos face a situações completamente diferentes, em termos de desenvolvimento económico e social.

Entretanto, o PS assumiu a responsabilidade pelo desequilíbrio das finanças públicas verificado no ano anterior.

É um facto politicamente relevante e que não tinha ocorrido, por exemplo, em 1993 (era então a dra. Manuela Ferreira Leite, secretária de Estado do Orçamento) quando se verificou uma derrapagem bastante superior. Só que 1993, tal como 2001, pertencem ao passado e o que interessa é o futuro.

O nosso país só será penalizado pela União Europeia se o actual Governo for incapaz de definir políticas e lançar medidas que invertam o sentido negativo na evolução do défice público.

Existem condições objectivas para isso, sem por em causa a coesão nacional. O compromisso de um défice de 2,8 por cento para 2002 é perfeitamente possível até porque a opção pelo valor de 4,1 por cento em 2001 facilitará esse objectivo.

O Governo não terá atenuantes senão for capaz de inverter a situação, até porque goza de uma especial tolerância das Instituições Comunitárias, gerada no clima de dificuldades das finanças públicas na Europa.

Por isso, e para que não haja desculpas, é importante e necessário que se encerre definitivamente a polémica sobre o número final do défice público em 2001.

P.S. - O nosso jornal vai para férias em Agosto. Eu aproveito, e vou também.



MANUEL DOS SANTOS

**Confesso que, em tempo de catástrofes aéreas, estas imagens literárias relevam de um certo humor negro que sinceramente não aprecio. Mas, para além disso, há uma realidade política que verdadeiramente me preocupa. É que, na viagem portuguesa da Europa, o piloto é exactamente ele, Durão Barroso.**

## SALVE-NOS O PILOTO AUTOMÁTICO

Decisivamente, Durão Barroso, o nosso primeiro-ministro, não estava nos seus dias mais felizes quando quebrou o seu inteligente silêncio sobre a Europa. Estou a lembrar-me da comparação que fez do rumo europeu ao voo de um "Boeing" com a cabina de pilotagem vazia...

Confesso que, em tempo de catástrofes aéreas, estas imagens literárias relevam de um certo humor negro que sinceramente não aprecio. Mas, para além disso, há uma realidade política que verdadeiramente me preocupa. É que, na viagem portuguesa da Europa, o piloto é exactamente ele, Durão Barroso.

É ele que, em nome de Portugal, se senta nos Conselhos Europeus, instância de pilotagem decisiva da Europa onde se definem todas as rotas, se avaliam intempéries, se estabelecem todos os planos e se tomam todas as medidas que, em última análise garantem uma viagem tranquila e segura.

É aí que Durão Barroso, o nosso piloto, tem lugar cativo, insubstituível, e é ele e só ele que tem o poder de, em nome de todos nós portugueses, passageiros do avião, definir o rumo, o tempo e as escalas da nossa viagem europeia.

Ora, a tranquilidade do voo depende da confiança que qualquer passageiro tem no comandante. E, sempre nos acompanhou a felicidade e a segurança de termos tido, desde a nossa descolagem em 1986, com Soares, Cavaco e Guterres, uma viagem já longa mas serena, segura, sem turbulências, o que nos fez a todos, portugueses amantes do voo confiantes nos pilotos e no destino que partilhámos com passageiros de toda a Europa. Afinal, surpreendentemente, ficámos a saber com o desabafo do primeiro-ministro que corremos o maior dos riscos. Que a cabina de pilotagem vai vazia, que o comandante Durão Barroso, afinal, não tripula!



LUÍS MARINHO

**PORTO****FEDERAÇÃO DENUNCIA CLIENTELISMO LARANJA**

A Federação do PS/Porto acusou a coligação PSD/PP de estar a fazer uma "limpeza política" que atravessa toda a Administração Pública no distrito, referindo que se assiste "à partilha de lugares na praça pública, designadamente na área da saúde".

Em comunicado, os socialistas do Porto afirmam estar-se "de novo perante a instalação, paulatinamente, do 'Estado-laranja'", adiantando, por exemplo, que em Matosinhos "dirigentes concelhios do PSD anunciaram, muito antes do Ministério, a substituição de altos responsáveis da unidade local de saúde, bem como circulam já documentos sobre a próxima mudança de direcção no Hospital de Santo António, no Porto.

Segundo o PS/Porto, a "avidez e sofreguidão" no seio do PSD e do PP é tanta que leva "ao despudor de estes assuntos estarem a ser tratados nas sedes partidárias, como sucedeu com os governadores civis".

Por isso, o PS "estranha o silêncio cúmplice daqueles que, em alguns momentos, procuraram empolar esta ou aquela substituição de quadros ou a simples



declaração de intenção. Nessa altura falava-se de 'boys'. Hoje calam covardemente". A Secção de Saúde do PS/Porto considerou

que o secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues, deve apelar ao Presidente da República para que "detenha" o ataque do PSD ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), "uma das mais importantes conquistas da democracia".

"A alteração da Lei de Bases da Saúde é uma questão constitucional e, se o Presidente da República é o garante da Constituição, deve

assumir uma posição", afirmou Jorge Catarino, responsável do secretariado distrital da saúde no PS/Porto.

"O SNS precisa de uma reestruturação, mas nunca pensamos que ela passava pela sua privatização pura e simples", afirmou Jorge Catarino, que considerou "inqualificável" a destruição que o Governo está a fazer do "edifício legislativo" construído pela ex-ministra Maria de Belém.

**Cem dias de (des)governo na saúde**

Numa conferência de Imprensa para analisar "os 100 dias de (des)governo da política de saúde do PSD", Jorge Catarino considerou que o Executivo "está a construir uma medicina para ricos e outra para pobres", acusando ainda o actual ministro de "desprezo pelo norte", numa alusão ao facto de não constar das prioridades anunciadas a construção do Centro Materno-Infantil do Porto, prometido por vários governos há quase duas décadas, e do novo Hospital Joaquim Urbano, que permita substituir as degradadas instalações do actual.

Os socialistas portugueses também denunciaram o que consideram ser a "sanha saneadora" do PSD na área da saúde, que se traduz na demissão de responsáveis conotados com o PS e na sua substituição por elementos afectos aos partidos do Governo.

**GAIA****VEREADORES DO PS CONTRA DESPESISMO SUPÉRFLUO DA CÂMARA**

"Despesismo supérfluo" e "desvios orçamentais" foram os motivos invocados pelos vereadores socialistas da Câmara de Gaia para votarem contra a revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2002 da autarquia.

Os vereadores do PS reforçaram assim a posição assumida há três meses, quando votaram contra o Orçamento, "só que agora com muito mais preocupação e temendo que a actual gestão municipal esteja a levar as finanças do Município para um enorme precipício", afirmou o vereador do PS Barbosa Ribeiro.

"Esta revisão ainda se podia justificar se pelo menos reforçasse o Orçamento em obras imprescindíveis para Vila Nova de Gaia e diminuísse em despesas destinadas a fins de duvidosa utilidade, caso de gastos com festas e mais festas", acrescentou o vereador socialista.

O corte em obras de saneamento e o aumento na verba destinada à organização de eventos são alguns exemplos que, segundo Barbosa Ribeiro, "espelham rigorosamente a situação".

O vereador socialista considerou ainda "um tremendo erro e uma enorme irresponsabilidade" a injeção de mais 21 milhões de euros (cerca de 4,1 milhões de contos).

**S.PEDRO DO SUL****PS VENCE ELEIÇÕES INTERCALARES NA FREGUESIA DE VÁRZEA**

O partido Socialista venceu por maioria absoluta as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Várzea, no concelho de São Pedro do Sul, conseguindo mais um mandato do que nas eleições de Dezembro.

A lista encabeçada por João Luís Tavares, presidente da junta de freguesia desde 1989, conseguiu 402 votos, o PSD obteve 214, a lista Independente SPS - "Somos por Si" 43 e a CDU 13.

Os resultados da votação permitiram ao Partido Socialista eleger seis membros, enquanto que os votos do Partido Social Democrata deram direito à eleição de três mandatos.

**Festa  
de Verão  
do Partido  
Socialista**

**Sábado, 24 de Agosto de 2002**

Praça do Município, Resende - 15:30h

**Música e Animação**

Intervenções de:  
**Dirigentes Locais, Distritais, JS e do Secretário-Geral Eduardo Ferro Rodrigues**

**Contamos Consigo.**



Na sua primeira intervenção na Assembleia da República, Bagão Félix reiterou este compromisso perante os portugueses, apresentado aliás junto da opinião pública como uma das traves-mestras do programa político que então esboçou. Na prática, verifica-se agora que o Governo não liberaliza os despedimentos sem justa causa, mas facilita e alarga de modo significativo o âmbito do despedimento *com justa causa*, que convenientemente esteve ausente do discurso eleitoral dos partidos de Governo. A ética democrática não pactua com truques de retórica que mais não são do que meias verdades.

A proposta de Código do Trabalho recentemente apresentada por Bagão Félix veio confirmar alguns dos sinais preocupantes que o Governo vem dando, quer no que toca à sua linha de orientação política quer no que toca à sua forma de proceder e de se relacionar com os parceiros sociais, a oposição e os cidadãos em geral.

Antes de mais, na campanha eleitoral, Durão Barroso jurou a pés juntos que não iria liberalizar os despedimentos sem justa causa se ganhasse as eleições. Na sua primeira intervenção na Assembleia da República, Bagão Félix reiterou este compromisso perante os portugueses, apresentado aliás junto da opinião pública como uma das traves-mestras do programa político que então esboçou. Na prática, verifica-se agora que o Governo não liberaliza os despedimentos sem justa causa, mas facilita e alarga de modo significativo o âmbito do despedimento *com justa causa*, que convenientemente esteve ausente do discurso eleitoral dos partidos de Governo. A ética democrática não pactua com truques de retórica que mais não são do que meias verdades.

No mesmo sentido, ao avançar para os jornais sem ter previamente promovido um trabalho sério de auscultação dos parceiros sociais o Governo volta a revelar uma postura de menorização do diálogo social que é preocupante – e os últimos anos mostraram como pode ser produtivo um diálogo social sério, empenhado e orientado para acção e para objectivos concretos.

Mas este modelo de procedimento é apenas um indicio de toda a orientação da lei. Não foi o PS que o disse, nem qualquer outro partido de esquerda, são especialistas em questões laborais de todos os quadrantes, mesmo os mais insuspeitos, que o reconhecem: esta é uma reforma das leis laborais feita do ponto de vista e no sentido das aspirações dos empregadores. Deliberada e declaradamente contra os trabalhadores, os seus direitos e os seus interesses – e, portanto, contra uma visão do mundo do trabalho baseada no equilíbrio entre os intervenientes no mundo laboral.

Com efeito, às propostas de alteração da legislação laboral agora avançadas pelo Governo é alheio qualquer sentido de equilíbrio e de consenso entre patrões e trabalhadores. Quando tanto se invoca a produtividade como o objectivo de fundo a atingir, é preciso lembrar que climas de conflitualidade, sentimentos de injustiça e de insegurança por via da precariedade dos vínculos laborais são alguns dos maiores bloqueios à elevação dos níveis de produtividade nos tecidos empresariais.

Aliás, nem é assim que se aumenta a produtividade nem é assim que se garante o cumprimento da legislação laboral, outro dos argumentos repetidos até à exaustão. Antes de mais, é preciso lembrar que o trabalho de sistematização da legislação laboral, promovido pelo Governo do PS e conduzido ao longo de um ano pelos mais reputados juslaboralistas portugueses estava concluído em Março, pelo que à partida já estavam criadas novas condições de promoção da efectividade da legislação e para um processo concertado de inovação laboral.

Além disso, porém, a ideia peregrina segundo a qual é de uma só penada, desprotegendo os trabalhadores, flexibilizando os vínculos contratuais e colocando o ónus de responsabilidades várias cada vez mais sobre os trabalhadores individuais, que se garante maior cumprimento da legislação é de uma ingenuidade perversa.

Primeiro, porque a legislação a cumprir *de facto*, depois desta “reforma”, será ela própria muito distinta em termos de implicações no plano dos direitos e deveres concretos de patrões e trabalhadores. E, depois, porque, que se saiba, a economia ensina que os agentes económicos – e as empresas são os agentes económicos por excelência – maximizam as possibilidades de lucro que têm diante de si. Não consta que legitimar legalmente essas possibilidades e aumentá-las, ainda por cima à custa dos elos mais fracos e fragilizando os laços que ligam as empresas aos trabalhadores, tenha qualquer efeito de incremento da sua responsabilidade social e do seu interesse em investir naquilo que em linguagem empresarial tantas vezes se chama de “recursos” ou “capital humano”.

Os dois argumentos fundamentais que têm vindo a público, a efectividade do cumprimento das leis e a produtividade, não são, portanto, válidos. Aliás, o essencial do desafio da produtividade não se joga, na verdade, aqui e tem sido marginalizado quer no discurso quer nas intenções do Governo. Por exemplo, fala-se pouco, ou nada, de formação e (re)qualificação dos trabalhadores – o que só mostra que mesmo a visão empresarial do “capital humano” foi secundarizada, e esse sim seria um factor decisivo de competitividade. Pelo contrário, fala-se demais em contratos a prazo e em vínculos laborais ainda mais precários; fala-se demais em facilitar os despedimentos a quem é reconhecida “justa” causa. Produtividade? O caminho não é este, porque o que está em causa aqui é tão-só uma visão de um modelo produtivo e social. Tudo o que se diga sobre produtividade com base nestes argumentos não passa de uma mistificação.

## SOUTH AMERICAN WAY

### O ADMIRÁVEL NOVO MUNDO DO TRABALHO SEGUNDO BAGÃO FÉLIX

Bagão Félix, porém, quando confrontado com os cada vez mais consistentes alertas dos especialistas para um risco efectivo de americanização do mundo do trabalho em Portugal, respondeu magnanimamente que não respondia a slogans nem a demagogias. Não está mal, para quem em directo nos telejornais pouco mais fez para justificar as suas propostas do que recorrer a vagas enunciações da doutrina social da igreja (“o trabalho foi feito para o homem, não o homem para o trabalho” (?)), invocar a cada passo o modelo social europeu (saberá Bagão do que fala?; suspeita-se que sim, o que torna a perversidade da referência ainda mais grave) e recorrer sistematicamente à demagogia mais baixa – como a justificação dos contratos a prazo durante seis anos pela existência de projectos e empreitadas com essa duração (Quantos? Quais? Em que sectores? Com que relevância numérica?).

Na verdade, quando se multiplicam os alertas para o risco de americanização do modelo laboral português, não estamos perante um



MIGUEL CABRITA



slogan, mas sim perante um diagnóstico que corre o risco de tornar realidade à nossa volta. Mais: sendo Portugal um país da periferia do Sul da Europa, com níveis salariais e de protecção social ainda deficitários, e com baixos níveis de cumprimento da legislação laboral, a americanização do mundo do trabalho que nos é agora proposta significa, na prática, abrir caminho a uma autêntica “brazilização” do mercado de trabalho de que fala Ulrich Beck – um mercado de trabalho cada vez mais desregulado e precarizado, com menos trabalhadores devidamente protegidos e em condições de dignidade aceitáveis e um crescimento exponencial das situações ilegais e subterrâneas.

É este o admirável mundo novo para o trabalho e para os trabalhadores que Bagão Félix preconiza. Mas não é por aqui que se percorrerá o caminho da qualidade laboral e do investimento na formação de que Portugal precisa.

# PETIÇÃO SOBRE A REPOSIÇÃO DO CRÉDITO BONIFICADO

Vêm os signatários, ao abrigo do disposto na Lei 43/90 de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 6/93 de 1 de Março, apresentar uma Petição sobre a Reposição do Crédito Bonificado, o que fazem nos termos e com os seguintes fundamentos:

Após o último processo eleitoral para as eleições legislativas a coligação PSD/CDS-PP esqueceu as promessas eleitorais que assentavam na descida dos impostos e anunciou medidas avulsas e precipitadas como o fim do crédito bonificado.

Contrariamente ao que se passa na maioria dos países da União Europeia, Portugal abolirá totalmente, a 30 de Setembro de 2002, o apoio à aquisição da 1ª habitação de que os portugueses dispunham desde 1976.

Esta medida não se entende, uma vez que os seus efeitos são exclusivamente negativos, a curto prazo, e impede as famílias portuguesas de menores recursos e, sobretudo, os jovens, de comprarem as suas casas.

Porque é necessário promover medidas para os jovens terem genuínas oportunidades para participar e influenciar as decisões.

**Pretendemos que seja reposto o regime de crédito bonificado revogado pela Lei nº16-A 2002 do Orçamento Rectificativo.**

Face ao exposto os peticionantes abaixo-assinados vêm requerer junto de V.ª Ex.ª, que a Assembleia da República atente as razões expostas,

- i) discuta a importância económica e social da bonificação de crédito à habitação;
- ii) legisle no sentido de ser reposta a bonificação de crédito à habitação.

## CALENDÁRIO DA CARAVANA QUEREMOS A NOSSA CASA!

PELO DIREITO À HABITAÇÃO PARA TODOS!

PRAIAS E INTERIOR DO PAÍS

### Agosto

Sábado 3	Festival do Sudoeste Zambujeira do Mar
Domingo 4	Lagos
Segunda 5	Praia da Rocha (Portimão)
Terça 6	Albufeira
Quarta 7	Quarteira / Vilamoura
Quinta 8	Faro
Sexta 9	Monte Gordo
Sábado 10	Vila Nova de Mil Fontes
Domingo 11	São Torpes (Sines)
Segunda 12	Costa de Caparica
Terça 13	Carcavelos
Quarta 14	Santa Cruz (Torres Vedras)
Quinta 15	Peniche
Sexta 16	Nazaré
Sábado 17	Figueira da Foz
Domingo 18	Ilhavo
Segunda 19	Espinho
Terça 20	Foz (Porto)
Quarta 21	Matosinhos
Quinta 22	Esposende
Sexta 23	Viana do Castelo
Sábado 24	Resende (Viseu) Rentrée PS
Domingo 25	Vila Real (Festa)
Segunda 26	Bragança
Terça 27	Guarda
Quarta 28	Castelo Branco
Quinta 29	Portalegre
Sexta 30	Santarém

## BOAS FÉRIAS

A redacção do Acção Socialista vai de férias. Com esta edição suspendemos a publicação do jornal, para retomar em Setembro o contacto com os nossos leitores, militantes e amigos. Mas mesmo em férias manteremos a atenção sobre a vida política para recomencarmos em força logo a seguir à *rentrée*, este ano marcada para o dia 24 de Agosto, em Resende.

O Partido Socialista não pára e nós também não. Entretanto, há que aproveitar. Boas férias.



**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**

maryr@partido-socialista.pt

**Paulo Pisco**

Colaboração **Edite Bandos**

Secretariado **Sandra Anjos**

sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**

fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accção](http://www.ps.pt/accção)

E-mail [Acccao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Acccao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo

1400-091 Lisboa

**Nome** \_\_\_\_\_

**Morada** \_\_\_\_\_

**Localidade** \_\_\_\_\_

**Código Postal** \_\_\_\_\_

**Assinaturas**

**12 meses**

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados**